



## PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA

Departamento de Licitação e Contratos

### EDITAL

**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 22/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 09/2026**

**PROCESSO SEI N.º 512100.407.00000074/2026-65**

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO

**OBJETO:** Registro de Preço para o fornecimento eventual aquisição de Materiais de Higiene, Limpeza, Copa e Cozinha para todas as Secretarias e as Superintendências da Prefeitura Municipal de Colômbia, visando manutenção da limpeza, conservação e salubridade no ambiente de trabalho.

**VALOR GLOBAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:** R\$ 1.506.207,01 (um milhão quinhentos seis mil duzentos sete reais e um centavos)

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA:** Dia 20/05/2026 às 09:00 hrs (horário de Brasília) - Conforme Portal LICITANET <https://licitanet.com.br/>

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor preço ITEM

**MODO DE DISPUTA:** Aberto e fechado

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADA:** SIM

### EDITAL

**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 22/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 09/2026**

**PROCESSO SEI N.º 512100.407.00000074/2026-65**

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO

#### 1. PREÂMBULO

1.1. Torna -se público que o Município de Colômbia, Estado de São Paulo, por meio do Departamento de Compras e Licitações, sediado na Rua Jose da Mata, nº 668, na Cidade de Colômbia, Estado de São Paulo, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1.2. Processo com fundamento nas disposições da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, **Decreto Municipal nº 2.236, de fevereiro de 2024**, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas posteriores alterações.

1.3. Link para acesso ao Decreto Municipal nº.2.236/2024: [Diário Oficial do Município - Colômbia - Edição 868 \(colombia.sp.gov.br\)](https://diariooficial.colombia.sp.gov.br/)

#### 2. DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação Registro de Preço para o fornecimento eventual aquisição de Materiais de Higiene, Limpeza, Copa e Cozinha para todas as Secretarias e as Superintendências da Prefeitura Municipal de Colômbia, visando manutenção da limpeza, conservação e salubridade no ambiente de trabalho.

2.2. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no Portal LICITANET e as especificações técnicas constantes no Anexo I - Termo de Referência, o licitante deverá obedecer a este último.

2.3. O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos do art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

### **3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

3.2. O valor estimado para este processo licitatório é de **RS\$ 1.506.207,01 (um milhão quinhentos seis mil duzentos sete reais e um centavo)**.

3.3. Considera-se não vantajosa para a Administração quando a contratação resultar em preço superior ao valor estabelecido como referência.

### **4. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO**

4.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma prevista no edital de licitação.

4.2. O pregoeiro, responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até três dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

4.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através da plataforma utilizada para disputa. [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)

4.4. A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo agente de contratação ou pela comissão de contratação, quando o substituir, nos autos do processo de licitação.

4.5. Acolhida a impugnação contra o edital de licitação, será definida e publicada nova data para realização do certame.

4.6. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas em sítio eletrônico oficial do órgão ou da entidade promotora da licitação e no sistema, dentro do prazo estabelecido no § 1º, e vincularão os participantes e a Administração.

### **5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

5.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação.

5.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.4. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

**5.5. Não poderão disputar esta licitação:**

- a) aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- b) sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- c) sociedades cooperativas;
- d) empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- e) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- f) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- g) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- h) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- i) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- j) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- k) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

5.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7. O impedimento de que trata o item 5.5, alínea “g” será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

5.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 5.5, alínea “e” e 5.5, alínea “f” poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

5.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

5.10. O disposto nos itens 5.5, alínea “e” e 5.5, alínea “f” não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

5.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o

rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.12. A vedação de que trata o item 5.6 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## **6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) Valor unitário do item, expresso em Reais (R\$)

b) Marca/Modelo

6.2. Como forma de preservar a identificação dos licitantes no sistema, caso a Marcar/Fabricante seja o próprio nome da Licitante, deverá ser identificado como “marca própria” ou “prestação de serviço”.

6.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

6.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos no Termo de Referência.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA ETAPA DE LANCES**

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01 (um centavo).**

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O(a) pregoeiro(a) poderá como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

**7.11. o modo de disputa será o “ABERTO E FECHADO”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.**

a) A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

b) Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

c) No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

d) Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

e) Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.19. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem; caso haja empate real entre licitantes deverá ser observada, nesta ordem as seguintes regras de desempate:

a) A preferência da ME/EPP é empate ficto que não se confunde com o empate real devendo ser aplicado antes do empate regido por este item.

b) Disputa final como derradeira tentativa de desempate pelo critério menor preço;

c) Designação de nova sessão para a apresentação do envelope de desempate, que terá julgamento na forma das alíneas seguintes;

d) Os licitantes empatados na proposta de preço deverão demonstrar a contratação e efetiva execução junto ao Poder Público, do mesmo objeto (ou similar), nos últimos 5 (cinco) anos atualizando o valor pelo INCC

(no caso de obras) ou IPCA (nos demais casos) desde o dia do início da execução de cada contrato até o dia anterior à entrega do envelope de desempate, sendo que o valor pecuniário superior será o critério de desempate;

e) Mantido o empate, será convocada nova sessão, para apresentação de contratação junto ao Poder Público, do mesmo objeto (ou similar), nos últimos 10 (dez) anos, observadas as mesmas regras de quantificação pecuniária do item anterior;

f) Caso persista o empate serão aplicados os critérios dos incisos III e IV e §1º, incisos I a IV do artigo 60;

g) Caso nenhum critério anterior seja suficiente para o desempate será realizado sorteio a critério do agente de contratação de licitação responsável pela licitação utilizando-se apenas do fator sorte.”

7.20. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

b) empresas brasileiras;

c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

a) A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

b) A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

c) O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

d) O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

e) É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

#### **7.22. A proposta atualizada deverá:**

a) ser redigida em língua portuguesa, digitada em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

b) informar o representante legal para fins de assinatura do contrato e dados bancários para pagamento).

c) Email ou outro contato com a licitante, que será utilizado para encaminhamento das atas e/ou contratos para assinatura.

7.23. O licitante poderá gerar a proposta final que é disponibilizada no sistema (LICITANET), ou usar modelo próprio, ambas devendo ser assinadas pelo representante legal.

a) Quando da atualização da proposta de preço, o licitante deverá atualizar os valores unitários e globais, que deverão ser menores ou iguais aos valores máximos/referência expressos no termo de referência, sob pena de desclassificação.

b) Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros;

c) no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

7.24. Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA**

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, e no edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>)

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

c) Relação de apenados no Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apanados>)

d) Relação de inabilitados e inidôneos do Tribunal de Contas da União (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:3:14282513921855>)

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

a) A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

a) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

b) O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

c) Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

a) Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

### **8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:**

a) conter vícios insanáveis;

b) não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

c) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas com valores inferiores a

**50% (cinquenta por cento)** do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro.

8.10. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 2º do art. 59 e art. 64 da Lei n. 14.133/2021, para efeito de comprovação de sua exequibilidade.

8.11. Considerar-se-á inexecuível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade.

8.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.13. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.14. Na hipótese de o licitante ter a sua proposta recusada, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital

8.15. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”).

## **9. DA HABILITAÇÃO**

9.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

9.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

9.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

a) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

b) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

c) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

d) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

a) No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

b) Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

9.5. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:



- a) de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- b) que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- c) de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- d) cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- e) cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- f) constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- g) que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- h) que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- i) resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- j) constituída sob a forma de sociedade por ações.
- k) cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

9.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3 ou 5.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

9.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

9.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

9.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

9.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- a) a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- b) os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

9.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

- a) valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- b) percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

9.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 9.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

9.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

### **9.15. Da Fase De Habilitação**

9.15.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

9.15.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

a) Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do Contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.15.3 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, (documento digitalizado) por cópia autenticada por Tabelião ou com código de validação via internet.

9.15.4 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei. (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.15.5 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.15.6 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.15.7 Os documentos relativos à habilitação somente serão exigidos em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**9.15.8 Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em campo próprio, no prazo de 02 (DUAS HORAS), contado da solicitação do(a) pregoeiro(a).**

9.15.9 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais na **PLATAFORMA LICITANET** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

9.15.10 A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

a) Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.15.11 Os documentos relativos à habilitação somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

### **9.16. HABILITAÇÃO JURIDICA**

a) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio

c) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

d) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

e) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

f) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.16.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## **9.17. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

a) **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;**

b) **Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional,** mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU);

c) **Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);**

d) **Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual,** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

e) **Prova de regularidade com a Fazenda Estadual,** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

f) **Prova de regularidade com a Fazenda Municipal,** do domicílio ou sede do fornecedor;

g) **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho,** mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

## **9.18. ECONÔMICO-FINANCEIRA**

a) **Certidão negativa judicial ou Certidão Negativa de falência ou concordata** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou ainda, certidão de concessão ou de homologação de recuperação judicial ou extrajudicial pelo juízo competente.

b) **Balanço patrimonial,** demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, sendo que, em caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, a demonstração se limita ao último exercício.

c) **Índices Contábeis:** Comprovação de índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

d) **Patrimônio Líquido:** Caso a empresa apresente índices iguais ou inferiores a 1 (um), deverá comprovar Patrimônio Líquido mínimo de 10% ( dez por cento) do valor estimado da sua proposta (ou dos itens arrematados), conforme faculta o Art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

## 9.19. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) **Atestado de Capacidade Técnica:** Apresentação de pelo menos 01 (um) atestado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento anterior de bens compatíveis em características com o objeto desta licitação;

b) **Declaração de Conformidade Sanitária:** Declaração formal de que todos os produtos ofertados atendem plenamente às normas técnicas brasileiras (ABNT) e aos regulamentos da ANVISA, acompanhada do número do registro ou notificação dos saneantes, quando exigido em lei;

c) **Documentação Complementar:** A critério da Administração, poderá ser solicitada a apresentação de fichas técnicas ou rótulos dos produtos para conferência da composição e rendimento antes da homologação do item.

## 9.20. DECLARAÇÕES

9.20.1. Os licitantes deverão marcar em campo próprio do sistema as seguintes declarações (ANEXO IV):

9.21. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.22. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.23. O(a) pregoeiro(a) poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão.

9.24. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto anteriormente.

9.25. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.26. Documentos apresentados com a validade expirada acarretarão a inabilitação do proponente. Nas certidões solicitadas será considerado o prazo de validade constante no documento ou o previsto em lei, e na sua ausência, quando emitidas no máximo até 180 (cento e oitenta) dias anteriores a data limite para o recebimento das propostas.

9.27. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. A Prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa aos Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo inclusive o INSS e a Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial e extrajudicial, deverão estar em nome da matriz.

9.28. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.29. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.30. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra

microempresa, empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.31. As provas de regularidade deverão ser feitas por Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa.

9.32. Constituem motivos para inabilitação do licitante:

- a) A não apresentação da documentação exigida para habilitação.
- b) A apresentação de documentos com prazo de validade vencido; (exceto para empresas devidamente enquadrada como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, em conformidade com a Lei Complementar nº 123/06)
- c) A substituição dos documentos exigidos para habilitação por protocolos de requerimento de certidão;
- d) O não cumprimento dos requisitos de habilitação.

9.33. Se o licitante desatender às exigências para a habilitação, o(a) Pregoeiro(a), respeitada a ordem de classificação, examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

## **10. DAS AMOSTRAS**

10.1. A Administração poderá solicitar amostras dos produtos exclusivamente para fins de verificação da conformidade com as especificações técnicas, quando entender necessário, sem caráter eliminatório na fase de habilitação, cujos custos correrão por conta da licitante ou contratada, em conformidade com o item V do Termo de Referência.

## **11. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA**

11.1. O fornecimento dos materiais ocorrerá de forma parcelada, conforme necessidade da Administração, mediante emissão de Ordem de Fornecimento.

11.2. O prazo de entrega dos produtos será de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento.

11.3. O local de entrega será o Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Colômbia/SP, em endereço a ser indicado pela Administração, dentro do perímetro urbano do Município.

11.4. O horário de entrega será de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 17h00, exceto feriados.

## **12. DOS RECURSOS**

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão; durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

a) Será concedido o prazo de 30 (trinta) minutos para manifestação da intenção.

12.3. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no endereço constante neste Edital.

### **13. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO**

13.1. A autoridade superior poderá revogar o procedimento licitatório pelos critérios e na forma de que trata o Decreto Municipal nº 2.236/2021 por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

13.2. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados (art. 71, § 3º, Lei 14.133/21).

13.3. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

13.4. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

13.5. Caberá recurso no prazo de 3 dias úteis contados a partir da data da anulação ou revogação da licitação, observado, no que couber, o disposto nos arts. 165 e 168 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

13.6. Na hipótese da ilegalidade de que trata o item 13.1 ser constatada durante a execução contratual, aplica-se o disposto no art. 147 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

### **14. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

14.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

a) Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

b) A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), quadro de avisos e também por e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

c) A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no LICITANET, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

### **15. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

15.1. Na ausência de recurso, caberá ao pregoeiro adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

15.2. O resultado do Pregão Eletrônico será divulgado no Diário Oficial do Município de Colômbia, <https://imprensaoficialmunicipal.com.br/colombia>

### **16. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

16.1. O proponente vencedor deverá aceitar/assinar o Pedido de Compras e/ou instrumento equivalente ou assinar o Contrato dentro do **prazo de 05 (cinco) dias úteis** contados do comunicado do resultado deste



PREGÃO ELETRÔNICO, que será publicado no Diário Oficial do Município de Colômbia, Estado de São Paulo.

a) O prazo concedido para assinatura/aceitação do Pedido de Compras e/ou instrumento equivalente ou formalização do Contrato, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado durante o seu transcurso, pela parte, e desde que motivo justificado e aceito pela Administração.

16.2. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas.

16.3. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

16.4. A regra do item 16.2 não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados nas condições do item 16.3.

16.5 A empresa vencedora poderá firmar os contratos e ARP eletronicamente:

a) As assinaturas de contratos e Atas de Registro de Preços poderão ocorrer de forma eletrônica junto ao portal **Sistema Eletrônico de Informações - SEI Cidades** para usuários externos.

b) manual: <https://www.sei.cidades.sp.gov.br/dx/api/dam/v1/collections/4719a05b-acc5-46bc-be5c-7f34004aff06/items/e0f63385-214e-4866-812c-6e3528581dbf/renditions/fc5889b3-4a22-4c50-96ce-2731daea1bcl?binary=true>)

#### **16.5. Microempresas e as empresas de pequeno porte**

16.5.1. As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

16.5.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

16.5.3. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei no 14.133 de 01 de abril de 2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

**16.6. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por iguais períodos até o limite de 2 (dois) anos, desde que comprovada a vantajosidade.**

### **17. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

17.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

### **18. DO REAJUSTE E REEQUILIBRIO**

18.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, no limite de apresentação da proposta.

18.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

18.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

18.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

18.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

18.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

18.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

18.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

18.9. O reequilíbrio econômico-financeiro do objeto desta licitação será analisado e processado em conformidade com a Lei nº 14.133/2021. Cabe a contratada apresentar documentos (originais ou autenticados em cartório) que justifiquem e comprovem o pedido de reequilíbrio.

a) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, os valores constantes desta cláusula serão ajustados na proporção da alteração que houver nos preços do serviço, precedido da demonstração do aumento dos custos, os quais poderão ser comprovados com documentos fiscais, contratos, convenções coletivas, na devida proporção do reflexo na formação da planilha de preço e compatibilidade com os valores de mercado.

b) O reequilíbrio econômico-financeiro do contrato ocorrerá, ainda, quando da redução dos custos.

c) Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

d) Incumbirá ao interessado a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso do reequilíbrio econômico-financeiro a ser aprovado pela CONTRATANTE, juntando o respectivo memorial de cálculo e as demais provas que se fizerem necessárias.

**18.10. As solicitações de reajuste e/ou reequilíbrio deverão ser submetidas ao gestor do contrato, designado no ato de sua assinatura, para análise e possível aceitação.**

## **19. DO PAGAMENTO:**

19.1. A Dotação Orçamentária para a execução do objeto da licitação será:

a) As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta de dotação orçamentária consignada no orçamento-programa para 2.026, identificada através do código:

19.2 O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal, através de ordem bancária para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

19.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) O prazo de validade;

b) A data da emissão;

c) Os dados do contrato e do órgão Contratante;

d) O período respectivo de execução do contrato;



- e) O valor a pagar;
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- g) Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;
- h) A nota fiscal ou o instrumento de cobrança equivalente deverá ser acompanhado da comprovação da regularidade fiscal disposta no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- i) O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o fornecedor indicar, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pelo Contratante.
- j) Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

19.4. Independentemente do percentual de tributo inserido pelo Contratado na planilha de custo, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

19.5. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

19.6. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA encaminhará à CONTRATANTE, após a execução do objeto, a respectiva nota fiscal/fatura, acompanhada do relatório da execução do objeto do período a que o pagamento se referir, bem como, demais documentos necessários para a efetiva comprovação da execução do objeto, se houver.

19.7. O pagamento da Nota Fiscal fica vinculado à prévia conferência pelo gestor.

19.8. As Notas Fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação do documento considerado válido pela CONTRATANTE.

19.9. A CONTRATADA deve garantir a manutenção dos requisitos de habilitação previstos no Edital.

19.10. Eventuais situações de irregularidades fiscal ou trabalhista da CONTRATADA não impedem o pagamento, se o objeto tiver sido executado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento da empresa e rescisão contratual.

## **20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

20.1 Comete infração administrativa o licitante e/ou a Contratada que cometer quaisquer das infrações previstas no art.155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante certame ou a execução do contrato;
- i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;
- l) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;
- m) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

20.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- b) Impedimento de licitar e contratar, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Ente Federativo que tiver aplicado a sanção, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei);

d) Multa: *A multa moratória é a sanção pecuniária que será imposta à contratada que entregar o objeto ou executar o serviço contratado de forma integral, porém com atraso injustificado em relação ao prazo fixado no contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:*

*I - 0,5% (cinco décimos percentuais) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, pelo 1º (primeiro) dia de atraso;*

*II - 0,2% (dois décimos percentuais) ao dia, do 2º (segundo) até o 30º (trigésimo) dia de atraso, a ser calculado sobre o valor do contrato executado em desconformidade com o prazo previsto no contrato;*

*III - 0,3% (três décimos percentuais) ao dia, a partir do 31º (trigésimo primeiro) e até o 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso, a ser calculado o valor do contrato executado em desconformidade com o prazo previsto no contrato;*

*IV - Após o 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso, a unidade gestora do contrato deve notificar o contratado e, considerando as eventuais justificativas apresentadas, avaliar em manifestação fundamentada se persiste o interesse em manter a contratação ou se é mais vantajoso rescindi-la.*

*V - 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato para a licitação ou para a contratação direta, na hipótese de o licitante ou futuro contratado retardar injustificadamente o procedimento de contratação ou descumprir de preceito normativo ou as obrigações assumidas. (Conforme o Decreto Municipal n. 2.236/2024).*

20.3 A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º).

20.4 Todas as sanções previstas neste Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

- a) Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação (art. 157);
- b) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventual mente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º);
- c) Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

20.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a

ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

20.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

20.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

20.8 A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Edital ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

20.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161).

20.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

## **21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

21.1. Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após encaminhamento da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento.

21.2. O procedimento será divulgado no Portal LICITANET e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, <https://colombia.sislicita.com.br/portal>

21.3. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

21.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, e consideram-se os dias úteis. Só se iniciam e expiram os prazos em dia de expediente na Administração.

21.5. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos licitantes, cujo prazo não conste deste Edital, deverá ser atendido o prazo indicado pelo Pregoeiro na respectiva notificação.

21.6. É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase do julgamento, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

21.7. O objeto desta licitação deverá ser executado em conformidade com o Anexo I - Termo de Referência, correndo por conta da CONTRATADA as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto da contratação.

21.8. As normas disciplinadoras deste Edital serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa

entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da compra.

21.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado deste certame.

21.10. O fornecedor contratado será constantemente avaliado em termos de suas entregas.

21.11. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

21.12. Fica eleito o foro da Comarca de Barretos, Estado de São Paulo, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes desta licitação, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

21.13. Os interessados poderão examinar ou retirar gratuitamente o presente Edital de Licitação e seus anexos no site <https://licitanet.com.br/sessao-publica> ; <https://colombia.sislicita.com.br/portal> ou por e-mail [licitacao@colombia.sp.gov.br](mailto:licitacao@colombia.sp.gov.br)

21.14. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – PROPOSTA FINANCEIRA

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA

ANEXO IV – DECLARAÇÕES UNIFICADAS

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE ME / EPP

ANEXO VI – MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Colômbia, na data da assinatura digital.

PREFEITO MUNICIPAL  
ORDENADOR DE DESPESA



Documento assinado eletronicamente por **Julio Cesar dos Santos, Prefeito Municipal**, em 04/05/2026, às 09:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#) e [Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://cidades.sei.sp.gov.br/barretos/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://cidades.sei.sp.gov.br/barretos/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) , informando o código verificador **0202030** e o código CRC **C56F0461**.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA-SP**  
**52.381.720/0001-48**



**TERMO DE REFERÊNCIA**

**I - OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

1.1. O objeto do presente Termo de Referência é a formação de Registro de Preços para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE, LIMPEZA, COPA E COZINHA PARA TODAS AS SECRETÁRIAS E AS SUPERINTENDÊNCIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA, VISANDO MANUTENÇÃO DA LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E SALUBRIDADE NO AMBIENTE DE TRABALHO**, conforme especificações técnicas, quantitativos e condições estabelecidas neste documento e em seus anexos.

1.2. A contratação visa ao fornecimento de bens comuns, de natureza contínua, a serem entregues de forma parcelada, mediante requisição da Administração.

1.3. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação, podendo ser prorrogada, por iguais e sucessivos períodos, **observado o limite máximo de 2 (dois) anos**, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, desde que comprovada a vantajosidade.

**II - FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA**

2.1. A presente contratação fundamenta-se nos seguintes dispositivos legais e normativos:

- a) Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos);
- b) Súmulas e jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE/SP), aplicáveis à matéria;

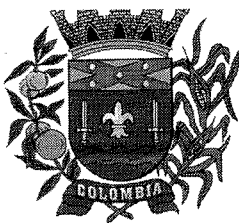
**III - FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

3.1. A contratação é justificada pela necessidade contínua e essencial de suprir as dependências da Secretaria Municipal de Administração com materiais de higiene, limpeza, copa e cozinha, insumos indispensáveis para a manutenção de um ambiente de trabalho salubre, seguro e adequado ao desempenho das atividades administrativas e ao atendimento ao público.

3.2 Conforme demonstrado nos estudos técnicos realizados pela Administração, a ausência desses materiais compromete as condições sanitárias, eleva o risco de proliferação de doenças, impacta negativamente o bem-estar dos servidores e cidadãos, e pode levar à interrupção de serviços públicos essenciais. A aquisição visa, portanto, garantir a continuidade operacional e a preservação do patrimônio público, em pleno atendimento ao interesse público.

2.3. A solução adotada, de aquisição direta dos materiais por meio de Sistema de Registro de Preços, foi considerada a mais vantajosa técnica e economicamente, pois otimiza o uso da mão de obra própria do Município e permite aquisições fracionadas, evitando a formação de grandes estoques e o





risco de perecimento de produtos.

#### **IV - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

4.1. A solução consiste na formação de uma Ata de Registro de Preços, por meio de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, para a aquisição futura e eventual dos materiais descritos no Anexo I. A contratação não envolve a prestação de serviços associados, como manutenção ou assistência técnica, por se tratar de bens de consumo.

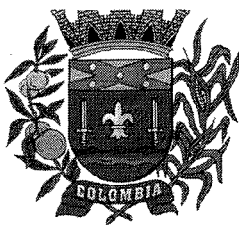
4.2. O ciclo de vida do objeto compreende as seguintes etapas:

- a) **Fase de Fornecimento:** A empresa detentora da Ata de Registro de Preços (Contratada) fornecerá os produtos sob demanda, mediante a emissão de Ordens de Fornecimento ou instrumento equivalente pela Prefeitura Municipal de Colômbia/SP (Contratante).
- b) **Fase de Recebimento e Armazenamento:** Os produtos serão recebidos e inspecionados pela equipe de fiscalização no Almoxarifado Central e, após o recebimento definitivo, serão armazenados em local adequado para posterior distribuição interna.
- c) **Fase de Uso e Consumo:** Os materiais serão utilizados nas atividades diárias de limpeza, higiene e copa nas dependências da Secretaria Municipal de Administração.
- d) **Fase de Descarte:** As embalagens vazias e demais resíduos gerados serão descartados pela Contratante de forma ambientalmente adequada, priorizando-se o encaminhamento para a coleta seletiva municipal, conforme as diretrizes de sustentabilidade previstas neste Termo.

#### **V - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

5.1. Os produtos a serem fornecidos deverão atender, no mínimo, aos seguintes requisitos de qualidade, desempenho e sustentabilidade, sem prejuízo das especificações detalhadas no Anexo I:

- a) **Qualidade e Conformidade:** Todos os produtos, em especial os saneantes, deverão possuir registro, notificação ou cadastro no órgão de vigilância sanitária competente (ANVISA), quando exigível pela legislação. A comprovação poderá ser solicitada a qualquer tempo durante a vigência da Ata.
- b) **Embalagem e Acondicionamento:** Os produtos deverão ser entregues em suas embalagens originais de fábrica, íntegras, lacradas, sem avarias, violações ou vazamentos, contendo de forma legível todas as informações do fabricante, como data de fabricação, prazo de validade, número do lote, instruções de uso e, quando aplicável, dados do registro na ANVISA.
- c) **Prazo de Validade:** Na data da entrega, os produtos perecíveis deverão apresentar prazo de validade de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de seu tempo total de vida útil, a contar da data de fabricação.
- d) **Sustentabilidade:** Sempre que técnica e economicamente viável, e sem que haja restrição indevida à competitividade (Acórdão nº 2129/2021-TCU-Plenário), deverão ser priorizados produtos que apresentem características de sustentabilidade, tais como: serem biodegradáveis, possuírem embalagens recicladas ou recicláveis, serem concentrados (para reduzir o volume de embalagens e transporte) e possuírem refil. Tais características, quando exigidas, estarão detalhadas nas



especificações do Anexo I.

e) **Amostras:** A Administração poderá solicitar amostras dos produtos exclusivamente para fins de verificação da conformidade com as especificações técnicas, quando entender necessário, sem caráter eliminatório na fase de habilitação, cujos custos correrão por conta da licitante ou contratada.

## **VI - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **6.1. Condições de Fornecimento:**

- a) O fornecimento dos materiais ocorrerá de forma parcelada, de acordo com a necessidade da Administração, formalizada por meio de Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente, emitida pela Secretaria Municipal de Administração.
- b) A Contratada deverá realizar a entrega no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de recebimento da Ordem de Fornecimento.
- c) O local de entrega será o Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Colômbia/SP, situado em [endereço a ser inserido no Edital], ou em outro local previamente designado pela Contratante, dentro do perímetro urbano do Município.
- d) O horário para recebimento dos materiais será de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 17h00, exceto feriados.
- e) Todas as despesas com frete, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes do fornecimento serão de exclusiva responsabilidade da Contratada.

### **6.2. Obrigações da Contratada:**

- a) Fornecer os produtos em estrita conformidade com as especificações deste Termo de Referência e de sua proposta.
- b) Substituir, sem ônus para a Contratante, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, os produtos entregues em desacordo com as especificações, com avarias, vício de qualidade ou com prazo de validade inferior ao exigido.
- c) Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

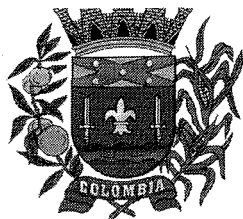
### **6.3. Obrigações da Contratante:**

- a) Emitir as Ordens de Fornecimento conforme a necessidade.
- b) Proporcionar as condições necessárias para o recebimento e a fiscalização dos materiais.
- c) Efetuar o pagamento à Contratada nos prazos e condições estabelecidos.
- d) Notificar a Contratada sobre quaisquer irregularidades verificadas no fornecimento.

## **VII - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

7.1. A gestão e fiscalização da execução da Ata de Registro de Preços serão realizadas pelos servidores abaixo designados, em conformidade com o art. 117 da Lei nº 14.133/2021, os quais atuarão como representantes da Administração para o acompanhamento do fornecimento.

- a) **Gestora da Ata:** Lidiane Brandino



b) **Fiscal da Ata:** Magdiel Almeida da Silva

**7.2. Atribuições da Gestora da Ata:** Coordenar e comandar o processo de fiscalização da execução contratual, competindo-lhe, entre outras atribuições, tomar decisões sobre a execução, solicitar a adequação, substituição ou correção de irregularidades, e aprovar os relatórios do fiscal.

**7.3. Atribuições do Fiscal da Ata:** Acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento, verificando a conformidade dos produtos entregues com as especificações, prazos e demais condições estabelecidas. Compete-lhe, entre outras atribuições, realizar o recebimento provisório e definitivo, atestar as notas fiscais, relatar à gestora eventuais descumprimentos e propor a aplicação de sanções.

**7.4.** A fiscalização não exime nem reduz a responsabilidade da Contratada por quaisquer irregularidades, vícios ou defeitos nos produtos fornecidos.

## **VIII – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

**8.1.** O recebimento dos materiais ocorrerá em duas etapas, conforme o art. 140 da Lei nº 14.133/2021:

a) **Recebimento Provisório:** Realizado no ato da entrega, pelo responsável do Almoxarifado ou pelo Fiscal da Ata, para verificação preliminar da conformidade da entrega com a Ordem de Fornecimento (quantidade, integridade das embalagens). Será formalizado mediante assinatura no canhoto da nota fiscal ou em documento de recebimento, no prazo de até 2 (dois) dias úteis.

b) **Recebimento Definitivo:** Realizado pelo Fiscal da Ata, após a verificação detalhada da qualidade, das especificações técnicas e do prazo de validade dos produtos. O termo de recebimento definitivo será emitido em até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório.

**8.2.** O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados a partir da data do ateste da nota fiscal pelo Fiscal da Ata, que ocorrerá após o recebimento definitivo dos produtos.

**8.3.** A nota fiscal/fatura deverá ser emitida em nome da Prefeitura Municipal de Colômbia/SP, contendo o número do processo licitatório e da Ordem de Fornecimento correspondente.

**8.4.** Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência.

## **IX - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

**9.1. Modalidade de Licitação:** A seleção será realizada por meio de Pregão, na forma Eletrônica, para fins de Sistema de Registro de Preços.

**9.2. Critério de Julgamento:** Menor Preço por Item, por tratar-se de objeto divisível, visando





**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA-SP**  
**52.381.720/0001-48**



assegurar a ampla competitividade.

**9.3. Requisitos de Habilitação:** Para fins de habilitação, o licitante deverá apresentar a seguinte documentação:

**9.3.1. Habilitação Jurídica, Fiscal e Trabalhista:**

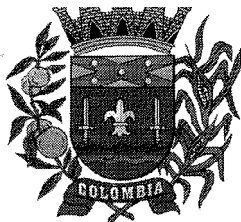
- a) Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (abrangendo inclusive débitos previdenciários);
- c) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- e) Certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa ao ramo de atividade;
- f) Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal (conforme o caso);
- g) Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

**9.3.2. Qualificação Técnica:**

- a) **Atestado de Capacidade Técnica:** Apresentação de pelo menos 01 (um) atestado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento anterior de bens compatíveis em características com o objeto desta licitação;
- b) **Declaração de Conformidade Sanitária:** Declaração formal de que todos os produtos ofertados atendem plenamente às normas técnicas brasileiras (ABNT) e aos regulamentos da ANVISA, acompanhada do número do registro ou notificação dos saneantes, quando exigido em lei;
- c) **Documentação Complementar:** A critério da Administração, poderá ser solicitada a apresentação de fichas técnicas ou rótulos dos produtos para conferência da composição e rendimento antes da homologação do item.

**9.3.3. Qualificação Econômico-Financeira:**

- a) **Balanco Patrimonial:** Demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa;
- b) **Índices Contábeis:** Comprovação de índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- c) **Patrimônio Líquido:** Caso a empresa apresente índices iguais ou inferiores a 1 (um), deverá comprovar Patrimônio Líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da sua proposta (ou dos itens arrematados), conforme faculta o Art. 69 da Lei nº 14.133/2021.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA-SP**  
**52.381.720/0001-48**



**X. DA ESTIMATIVA DE VALOR E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. O valor global estimado para a presente contratação é de R\$ 1.506.207,01 (Um milhão, quinhentos e seis mil, duzentos e sete reais e um centavo).

10.2. Este valor foi obtido por meio de ampla pesquisa de mercado, considerando a média dos preços coletados junto a fornecedores do ramo e sistemas oficiais, refletindo os valores praticados atualmente.

10.1. A estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, consta em documento anexo e de acesso restrito, em conformidade com o art. 6º, XXIII, 'i', da Lei nº 14.133/2021.

10.2. A pesquisa de preços foi realizada com base em uma "cesta de preços", em observância ao art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e à Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, utilizando-se de fontes como o Painel de Preços do Governo Federal, contratações similares de outros entes públicos e pesquisa direta com fornecedores, garantindo uma referência de mercado atualizada e competitiva, conforme Acórdão nº 736/2024-TCU-Plenário.

10.3. A estimativa das quantidades de cada item, detalhada no **Anexo II – Memória de Cálculo dos Quantitativos**, foi baseada no histórico de consumo da Administração, em conformidade com a jurisprudência do TCU (Acórdão nº 2996/2024-Plenário).

**XI - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO**

11.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de dotação orçamentária específica, prevista no orçamento da Prefeitura Municipal de Colômbia/SP para o exercício de 2026, a ser detalhada no Edital e na respectiva Nota de Empenho.

11.2. Por se tratar de Sistema de Registro de Preços, o cronograma de desembolso financeiro estará condicionado à efetiva demanda da Administração, ocorrendo conforme as entregas forem solicitadas e atestadas ao longo da vigência da Ata.

Colômbia/SP, 05 de fevereiro de 2026

**Júlio César Rodrigues**  
*Diretor de Planejamento e Compras Públicas*



**FONE: (17) 3335-8500 | RUA ANTÔNIO PRADO, 1161 - CENTRO**  
**WWW.COLOMBIA.SP.GOV.BR**

| ITEM | DESCRIÇÃO   | UNIDADE | QUANTIDADE | VALOR UNITARIO | VALOR TOTAL   |
|------|---|---------|------------|----------------|---------------|
| 1    | "KIT 4 EM 1 COM DESCASCADOR, FATIADOR, MANDOLINE E BOLEADOR, DIMENSÕES DO PRODUTO 8C X 2,3L X 24,5A CENTÍMETROS, MATERIAL PLÁSTICO, COR BRANCO"   | UN      | 14         | R\$ 9,08       | R\$ 127,12    |
| 2    | ÁGUA SANITÁRIA: HIPOCLORITO DE SÓDIO E ÁGUA PRINCÍPIO ATIVO PRODUTO A BASE DE CLORO SIMILAR A ÁGUA SANITÁRIA Q.BOA - ÁGUA SANITÁRIA: HIPOCLORITO DE SÓDIO E ÁGUA PRINCÍPIO ATIVO PRODUTO A BASE DE CLORO SIMILAR A ÁGUA SANITÁRIA Q.BOA, HIDRÓXIDO DE SÓDIO, CLORETO DE SÓDIO E ÁGUA, TEOR DE CLORO ATIVO 2,0% PARA P PRODUTO A BASE DE CLORO - 1 LITRO   | UN      | 5495       | R\$ 6,18       | R\$ 33.959,10 |
| 3    | ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO EM GEL, GRADUAÇÃO: 70° INPM), NÃO AROMATIZADO, LÍMPIDO, TRANSPARENTE, ISENTO DE RESÍDUOS, ROTULO: CONFORME DETERMINAÇÃO INMETRO, EMBALAGEM: CONFORME DETERMINAÇÃO INMETRO, CONTEÚDO: 500 ML COM VÁLVULA PUMP, VALIDADE: MÍNIMO 18 MESES DA DATA DA ENTREGA, UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE 500 ML  | UN      | 2009       | R\$ 8,64       | R\$ 17.357,76 |
| 4    | ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO NA CONCENTRAÇÃO DE 70º INPM. (FRASCO DE 1 LITRO), SANEANTE PARA LIMPEZA DE SUPERFÍCIES DIVERSAS, MESAS, BANCADAS, MAÇANETAS, ESPELHOS E INTERRUPTORES, ETC. COMPOSIÇÃO: ÁLCOOL ETÍLICO, DESNATURANTE, ESPESSANTE, NEUTRALIZANTE E VEÍCULO. ASPECTO: LÍQUIDO TRANSLÚCIDO. INCOLOR. PH A 25°C: 6,0 A 8,0. DENSIDADE A 25º (G/ML): 0,88 A 0,90. PRINCÍPIO ATIVO: ETÍLICO 70% INPM. ESTE PRODUTO DEVE SER MANTIDO FECHADO EM SUA EMBALAGEM ORIGINAL. ESTOCAR EM LOCAL AREJADO, SECO E COBERTO, EVITANDO-SE TEMPERATURAS EXTREMAS. EMBALAGEM PRIMÁRIA DE 1 LITRO. DEVE APRESENTAR NO RÓTULO NOME DO FABRICANTE E OU IMPORTADOR, ENDEREÇO COMPLETO, INSTRUÇÃO DE ARMAZENAMENTO, PERIGO E USO, COMPOSIÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, LOTE, TELEFONE DO SAC, O NÚMERO DE NOTIFICAÇÃO DA ANVISA E OU REGISTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE. DEVE APRESENTAR A FISPQ (FICHA DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS). VALIDADE: 24 A 36 MESES. DE ACORDO COM A RDC 46,2002. CATEGORIA: RESTAURANTES / PRODUTOS QUÍMICOS | FRASC   | 2765       | R\$ 12,18      | R\$ 33.677,70 |
| 5    | ÁLCOOL ETÍLICO, COM TEOR ALCOÓLICO DE NO MÍNIMO 92,8 INPM, OU 96 GL, LIQUIDO, CATEGORIA COMERCIAL, PARA DESINFECÇÃO DE AMBIENTE E SUPERFÍCIES, FRASCO PRODUZIDO EM MATERIAL RÍGIDO, REFORÇADO E QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO, ROTULO COM NR DE LOTE, VALIDADE, COMPOSIÇÃO, PROCEDÊNCIA, RESPONSÁVEL TÉCNICO E REGISTRO NA ANVISA, A APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERA ATENDER A LEGISLAÇÃO ATUAL VIGENTE ABNT NBR 15594, E SELO INMETRO NA PRÓPRIA EMBALAGEM,(EMBALAGEM DE 1 LITRO)  | UN      | 1148       | R\$ 8,58       | R\$ 9.849,84  |
| 6    | ALVEJANTE PARA AREA HOSPITALAR, COMPOSTO A BASE CLORO ORGÂNICO, AGENTES SEQUESTRANTES, AGENTES ALCALINIZANTES E ESTABILIZADORES, EM PÓ, PH (1,0% 8,7 - 9,3),CLORO ATIVO MIN. 14,5 - 15,5, ACONDICIONADO EM BALDE, A APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLAÇÃO ATUAL VIGENTE,(EMBALAGEM 5 LITROS)   | UN      | 200        | R\$ 147,43     | R\$ 29.486,00 |
| 7    | AMACIANTE DE ROUPAS 2 LITROS - TENSOATIVO CATIÔNICO, CONSERVANTES, CORANTE, OPACIFICANTE, FRAGRÂNCIA E ÁGUA. COMPONENTE ATIVO: CLORETO DE DIALQUIL DIMETIL AMÔNIO.  | FRASC   | 812        | R\$ 11,90      | R\$ 9.662,80  |
| 8    | APARELHO PARA BARBEAR DESCARTÁVEL, COM DUAS LÂMINAS, TIPO PRESTOBARBA.  | UN      | 200        | R\$ 3,97       | R\$ 794,00    |
| 9    | BACIA PLÁSTICA REFORÇADA 45 LITROS PROFISSIONAL BRANCA COM MANOPLA ESPECIFICAÇÕES: MEDIDAS EXTERNAS APROXIMADAS: ALTURA: 26,5 CM, DIÂMETRO: 53 CM, PESO: 681G, COR: BRANCA.   | UN      | 102        | R\$ 68,83      | R\$ 7.020,66  |
| 10   | BALDE PARA USO DOMESTICO, DE POLIPROPILENO, COM CAPACIDADE PARA 10 LITROS, SEM TAMPA, COM ALCA DE METAL,  | UN      | 62         | R\$ 28,17      | R\$ 1.746,54  |
| 11   | BALDE PARA USO DOMESTICO, DE POLIPROPILENO, COM CAPACIDADE PARA 20 LITROS, SEM TAMPA, COM ALCA DE METAL,  | UN      | 50         | R\$ 33,39      | R\$ 1.669,50  |
| 12   | BALDE PARA USO DOMESTICO, DE POLIPROPILENO, COM CAPACIDADE PARA 8 LITROS, SEM TAMPA, COM ALCA DE METAL,   | UN      | 44         | R\$ 13,32      | R\$ 586,08    |
| 13   | BANDEJA EM AÇO INOX RETANGULAR, CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL, COM ACABAMENTO ESPELHADO, MEDIDAS APROXIMADAS: 40X30X2CM, DESIGN FUNCIONAL COM ABAS PARA FACILITAR O TRANSPORTE.   | UN      | 46         | R\$ 58,70      | R\$ 2.700,20  |

|    |   |       |     |            |              |
|----|---|-------|-----|------------|--------------|
| 14 | BANDEJA FABRICADA EM ALUMÍNIO DE ALTA QUALIDADE, LEVE E RESISTENTE À CORROSÃO, IDEAL PARA TRANSPORTE E SERVIÇO DE ALIMENTOS EM AMBIENTES HOSPITALARES. POSSUI SUPERFÍCIE LISA E NÃO POROSA, FACILITANDO A HIGIENIZAÇÃO E GARANTINDO SEGURANÇA ALIMENTAR. SEU DESIGN ROBUSTO PERMITE O MANUSEIO DE GRANDES QUANTIDADES DE ALIMENTOS COM CONFORTO E ESTABILIDADE, TORNANDO-A ADEQUADA PARA USO INTENSIVO E CONTÍNUO   | UN    | 5   | R\$ 54,46  | R\$ 272,30   |
| 15 | BOBINA DE SACO PLÁSTICO PICOTADO 30X40, CAPACIDADE PARA 03 KG , ROLO COM 500 SACOS  | ROLO  | 30  | R\$ 31,61  | R\$ 948,30   |
| 16 | CABO DE ALUMÍNIO PARA RODO OU VASSOURA COM PONTEIRA CONSTITUÍDO NA ESPESSURA DE 22 MM DE ALTA RESISTÊNCIA TAMANHO DE 1.40 CM APRESENTAR FOLDER  | UN    | 53  | R\$ 29,08  | R\$ 1.541,24 |
| 17 | CABO DE MADEIRA COM PONTEIRA PARA USO EM: RODOS E VASSOURAS. TAMANHO: 22MM X 1 - CABO DE MADEIRA COM PONTEIRA PARA USO EM: RODOS E VASSOURAS. TAMANHO: 22MM X 1,35M.  | UN    | 43  | R\$ 23,02  | R\$ 989,86   |
| 18 | CAIXA GRANDE ORGANIZADORA TRANSPARENTE COM TRAVA E TAMPA. CAPACIDADE 20 L, MATERIAL DE PLÁSTICO (POLIPROPILENO) RESISTENTE AO USO, NA COR TRANSPARENTE.   | UN    | 22  | R\$ 34,36  | R\$ 755,92   |
| 19 | CAIXA GRANDE ORGANIZADORA TRANSPARENTE COM TRAVA E TAMPA. CAPACIDADE 50 L, MATERIAL DE PLÁSTICO (POLIPROPILENO) RESISTENTE AO USO, NA COR TRANSPARENTE.   | UN    | 16  | R\$ 66,92  | R\$ 1.070,72 |
| 20 | CAIXA ORGANIZADORA POLIPROPILENO 100 LITROS COM TAMPA E TRAVA   | UN    | 4   | R\$ 132,46 | R\$ 529,84   |
| 21 | CAIXA ORGANIZADORA, EM POLIPROPILENO (PP) RESISTENTE, MEDINDO (40,8 X 29,0 X 12,6)CM (CAIXALXA) (APROX.), COM TAMPA, COM TRAVAS LATERAIS, MULTIUSO, NA COR BRANCA TRANSPARENTE, CAPACIDADE 11 LITROS,   | UN    | 49  | R\$ 41,89  | R\$ 2.052,61 |
| 22 | CANECA COM CABO DE MADEIRA DE 3L CANECA LEITEIRA FERVEDOR ALUMÍNIO BATIDO COM CABO MADEIRA – 3 LITROS /MEDIDAS APROXIMADAS / ALTURA: 16,5 CM/DIÂMETRO: 18 CM/ ESPESSURA: 1,70 MM  | UN    | 27  | R\$ 52,27  | R\$ 1.411,29 |
| 23 | CANECÃO CONFECCIONADO EM ALUMÍNIO RESISTENTE, COM CAPACIDADE PARA 3 LITROS, IDEAL PARA AQUECIMENTO E TRANSPORTE DE LÍQUIDOS EM AMBIENTES HOSPITALARES. POSSUI ALÇA ERGONÔMICA E RESISTENTE AO CALOR, OFERECENDO SEGURANÇA E CONFORTO NO MANUSEIO. O MATERIAL LEVE E RESISTENTE À CORROSÃO FACILITA A LIMPEZA E GARANTE DURABILIDADE. ATENDE AOS PADRÕES DE SEGURANÇA ALIMENTAR, SENDO ADEQUADO PARA USO CONTÍNUO E DEMANDAS INTENSIVAS.   | UN    | 25  | R\$ 52,08  | R\$ 1.302,00 |
| 24 | CANECÃO FABRICADO EM ALUMÍNIO RESISTENTE, COM CAPACIDADE PARA 1,5 LITROS, IDEAL PARA AQUECIMENTO E SERVIÇO DE LÍQUIDOS EM AMBIENTES HOSPITALARES. POSSUI ALÇA ERGONÔMICA QUE OFERECE SEGURANÇA E CONFORTO NO MANUSEIO, MESMO EM ALTAS TEMPERATURAS. O MATERIAL LEVE E RESISTENTE À CORROSÃO FACILITA A LIMPEZA E ASSEGURA DURABILIDADE. ATENDE AOS PADRÕES DE SEGURANÇA ALIMENTAR, SENDO ADEQUADO PARA USO FREQUENTE E CONTÍNUO.  | UN    | 22  | R\$ 39,83  | R\$ 876,26   |
| 25 | CERA LIQUIDA PARA PISO, (FRASCO DE 1 LITRO), PRINCÍPIO ATIVO DISPERSÃO ESTIRENO ACRÍLICA METALIZADA E SOLUÇÃO DE RESINA FUMARICA, COMPOSIÇÃO BÁSICA COADJUVANTES, SOLVENTE, PLASTICANTE, 5-CLORO-2-METIL-4-ISOTIAZOLIN-3-ONA E 2-METIL-4-ISOTIAZOLIN-3 ONA, ATENUADOR DE ESPUMA, FRAGRÂNCIA E AGUA, TEOR NÃO VOLÁTEIS MÍNIMO PRONTO USO PARA PISO FRIO, NA COR INCOLOR, ACONDICIONADO DE FORMA ADEQUADA, PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA, AOS PROCEDIMENTOS ADM. DETERMINADOS PELA ANVISA,                | FRASC | 20  | R\$ 13,29  | R\$ 265,80   |
| 26 | CHALEIRA GRANDE CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL RESISTENTE À CORROSÃO, IDEAL PARA AQUECIMENTO DE ÁGUA EM AMBIENTES HOSPITALARES. POSSUI CAPACIDADE AMPLA E DESIGN ERGONÔMICO, COM ALÇA ISOLADA TÉRMICA PARA FACILITAR O MANUSEIO SEGURO. EQUIPADA COM BICO DIRECIONADOR PARA DERRAMAMENTO PRECISO E TAMPA DE AJUSTE FIRME, GARANTINDO EFICIÊNCIA NO AQUECIMENTO E SEGURANÇA DURANTE O USO. A CHALEIRA É FÁCIL DE HIGIENIZAR E ATENDE AOS PADRÕES DE SEGURANÇA ALIMENTAR, SENDO ADEQUADA PARA O USO INTENSIVO EM HOSPITAIS | UN    | 17  | R\$ 132,68 | R\$ 2.255,56 |
| 27 | CORO GEL - GALÃO 5 LITROS - PARA LIMPEZA, ACONDICIONADO EM GALÃO DE 5 LITROS. REGISTRO NO MS, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, INDICAÇÕES E PRECAUÇÕES DE USO, COMP. E INFORMAÇÃO ESTAMPADO NO ROTULO DO PRODUTO.   | GALAO | 486 | R\$ 15,31  | R\$ 7.440,66 |

|    |  |       |     |            |               |
|----|--|-------|-----|------------|---------------|
| 28 | COADOR DE CAFÉ/CHÁ DE PANO REUTILIZÁVEL CONFECCIONADO EM TECIDO ALGODÃO 100% NATURAL, COM TRAMAS ADEQUADAS PARA RETENÇÃO DE RESÍDUOS FINOS, ARAME INOXIDÁVEL OU ALUMÍNIO, COM ACABAMENTO RESISTENTE A DESGASTES, DIÂMETRO DE APROXIMADAMENTE 10 CM E ALTURA DE 15 CM, COM SUPORTE A INFUSÕES DE ATÉ 500 ML POR CICLO.  | UN    | 150 | R\$ 14,15  | R\$ 2.122,50  |
| 29 | COLHER DE ARROZ CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL, IDEAL PARA SERVIR PORÇÕES COM PRATICIDADE E PRECISÃO, COMPRIMENTO TOTAL: 30CM, CABO 23CM, LARGURA DA COLHER 6CM.  | UN    | 24  | R\$ 19,37  | R\$ 464,88    |
| 30 | COLHER DE COZINHA-REFEIÇÃO, DE SOBREMESA, EM AÇO INOX, MEDINDO NO MÍNIMO 150MM, ESPESSURA MÍNIMA DE (1,20)MM, COM CABO DE AÇO INOX, SEM DECORAÇÃO,   | UN    | 280 | R\$ 3,67   | R\$ 1.027,60  |
| 31 | COLHER EM AÇO INOXIDÁVEL, ALTAMENTE RESISTENTE À CORROSÃO E COM SUPERFÍCIE LISA QUE FACILITA A HIGIENIZAÇÃO, ATENDENDO AOS REQUISITOS DE SEGURANÇA HOSPITALAR. COM DESIGN ERGONÔMICO, PROPORCIONA CONFORTO E PRECISÃO NO MANUSEIO, SENDO IDEAL PARA O CONSUMO SEGURO E EFICIENTE DE ALIMENTOS EM AMBIENTES HOSPITALARES.   | UN    | 172 | R\$ 6,49   | R\$ 1.116,28  |
| 32 | COLHER GRANDE FABRICADA EM AÇO INOXIDÁVEL RESISTENTE, IDEAL PARA SERVIR ARROZ E OUTROS ALIMENTOS EM AMBIENTES HOSPITALARES. POSSUI CABO ERGONÔMICO E RESISTENTE AO CALOR, PROPORCIONANDO CONFORTO E SEGURANÇA NO MANUSEIO. O DESIGN ROBUSTO E A SUPERFÍCIE LISA FACILITAM A HIGIENIZAÇÃO, ATENDENDO AOS PADRÕES DE SEGURANÇA ALIMENTAR. RESISTENTE À CORROSÃO E AO DESGASTE, É ADEQUADA PARA USO INTENSIVO E CONTÍNUO.   | UN    | 4   | R\$ 21,97  | R\$ 87,88     |
| 33 | CONCHA DE FEIJÃO CONFECCIONADA EM ALUMÍNIO, COM CAPACIDADE DE 160 ML APROXIMADAMENTE, DIÂMETRO 9CM, CABO 27CM.   | UN    | 24  | R\$ 16,18  | R\$ 388,32    |
| 34 | CONCHA GRANDE CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, IDEAL PARA SERVIR SOPAS E CALDOS EM AMBIENTES HOSPITALARES. POSSUI CABO LONGO E ERGONÔMICO, OFERECENDO SEGURANÇA E CONFORTO NO MANUSEIO, MESMO COM ALIMENTOS QUENTES. A CONCHA TEM DESIGN ROBUSTO E SUPERFÍCIE LISA, FACILITANDO A HIGIENIZAÇÃO E ATENDENDO AOS PADRÕES DE SEGURANÇA ALIMENTAR. RESISTENTE À CORROSÃO E ADEQUADA PARA USO CONTÍNUO, É PERFEITA PARA O SERVIÇO EFICIENTE DE GRANDES QUANTIDADES.   | UN    | 4   | R\$ 22,13  | R\$ 88,52     |
| 35 | COPO DESCARTÁVEL, (CAIXA COM 2500 UNIDADES) MATERIAL: POLIPROPILENO, CAPACIDADE: 180 ML, APLICAÇÃO: LÍQUIDOS FRIOS E QUENTES, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: BIODEGRADÁVEL, NBR 13230/2   | CAIXA | 512 | R\$ 130,31 | R\$ 66.718,72 |
| 36 | COPO DESCARTÁVEL, (CAIXA COM 5000 UNIDADES) - EM POLIPROPILENO BIODEGRADÁVEL, COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 50 ML, ACONDICIONADO EM MANGAS, E MASSA DE CADA COPO MÍNIMA 0,75 G, DEVERA CONSTAR IMPRESSO NA MANGA A CAPACIDADE TOTAL DA MASSA DO COPO E A QUANTIDADE, NÃO DEVEM APRESENTAR SUJIDADE, INTERNA OU EXTERNAMENTE, ISENTOS DE BORDAS AFIADAS E REBARBAS, OS COPOS DEVEM CONTER GRAVADO DE FORMA INDELÉVEL: EM RELEVO, MARCA OU IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, ISENTO DE MATERIAIS ESTRANHOS, RACHADURAS, FUROS E DEFORMAÇÕES. | CAIXA | 242 | R\$ 136,44 | R\$ 33.018,48 |
| 37 | CORTADOR PICADOR PROFISSIONAL DE LEGUMES, DIMENSÕES DO PRODUTO: 26 X 27 X 21 CM, 850G, MATERIAL: CORPO EM ALUMÍNIO FUNDIDO COM PINTURA ELETROSTÁTICA, LAMINAS EM AÇO INOXIDÁVEL  | UN    | 13  | R\$ 174,00 | R\$ 2.262,00  |
| 38 | COTONETE HASTE FLEXÍVEL PONTA DE ALGODÃO, CAIXA COM 150 UN. COTONETE HASTE FLEXÍVEL PONTA DE ALGODÃO, CAIXA COM 150 UNIDADES.  | UN    | 140 | R\$ 9,63   | R\$ 1.348,20  |
| 39 | COTONETE HASTE FLEXÍVEL PONTA DE ALGODÃO, CAIXA COM 75 UN. .   | UN    | 140 | R\$ 6,68   | R\$ 935,20    |
| 40 | CREME DENTAL. COM FLÚOR (CONTENDO NO MÍNIMO 1.450 PPM DE FLÚOR E CÁLCIO NA SUA FÓRMULA). AROMA MENTA REFRESCANTE. EMBALAGEM COM 90G. EMBALAGEM UNITÁRIA COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO: INFORMAÇÕES, PROCEDÊNCIA (NOME DO FABRICANTE), NÚMERO DO LOTE, - CREME DEN  | UN    | 472 | R\$ 6,35   | R\$ 2.997,20  |
| 41 | CREME PARA CABELO, CONDICIONADOR, (FRASCO 200 ML), CABELOS DE TODOS OS TIPOS, USO INFANTIL, AGUA, TENSOATIVOS,, DERMATOLOGICAMENTE TESTADO, EMBALAGEM FRASCO PLÁSTICO, PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO, NO ATO DA ENTREGA, AOS PROCEDIMENTOS ADM. DETERMINADOS PELA ANVISA,  | FRASC | 509 | R\$ 21,03  | R\$ 10.704,27 |
| 42 | CREME PARA PENTEAR INFANTIL, FÓRMULA HIDRATANTE E COM CONTROLE DE FRIZZ, CONTENDO NO MÍNIMO 150 ML, DERMATOLOGICAMENTE TESTADO, COM FRAGRÂNCIAS VARIADAS.  | FRASC | 91  | R\$ 15,81  | R\$ 1.438,71  |

|    |  |       |      |            |               |
|----|--|-------|------|------------|---------------|
|    | VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES. MARCAS DE REFERENCIA: JOHNSON, BOTICÁRIO, BARUEL (FRASCO DE 200 ML)   |       |      |            |               |
| 43 | DESENTUPIDOR VASO SANITÁRIO, MATERIAL BORRACHA FLEXÍVEL, COR PRETA, ALTURA 10 CM, DIÂMETRO 16 CM, MATERIAL CABO MADEIRA, COMPRIMENTO CABO 50 CM  | UN    | 62   | R\$ 24,13  | R\$ 1.496,06  |
| 44 | DESINFETANTE 2L, AROMA EUCALIPTO. DESINFETANTE, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO. APLICAÇÃO: DESINFETANTE E GERMICIDA. COMPOSIÇÃO AROMÁTICA: EUCALIPTO. FRASCO DE 2 LITROS. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DO LOTE - DESINFETANTE 2L, AROMA EUCALIPTO.<br>DESINFETANTE, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO. APLICAÇÃO: DESINFETANTE E GERMICIDA. COMPOSIÇÃO AROMÁTICA: EUCALIPTO. FRASCO DE 2 LITROS. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DO LOTE, VALIDADE E NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. SIMILAR A PINHO SOL OU VEJA. GALÃO DE 2 LITROS CADA. | EMBAL | 2340 | R\$ 9,92   | R\$ 23.212,80 |
| 45 | DESINFETANTE BACTERICIDA ODORIZANTE - DESINFETANTE BACTERICIDA ODORIZANTE, DISPONÍVEL FRAGRÂNCIAS FLORAL E MARINE COTA 25%, - CONTENDO EM SUA FORMULAÇÃO NO MÍNIMO 14% DE CLORETO DE ALQUIL DIMETIL BENZIL AMÔNIO, GALÃO PLÁSTICO DE 5 LITROS.   | GALAO | 105  | R\$ 23,28  | R\$ 2.444,40  |
| 46 | DESINFETANTE DE ALTO NÍVEL, COMPOSTO DE ALQUILAMINA EM CONCENTRAÇÃO MÍNIMA DE 8,5% + PROPIONATO 4,2% + ISOTRIDEKANOL ETOXILADO, CONCENTRAÇÃO DE 5%, PH ENTRE 11 E 13, INDICAÇÃO: UMECTAÇÃO, LIMPEZA E DESCONTAMINAÇÃO DE ARTIGOS E DESINFECÇÃO DE SUPERFÍCIES, MONITORADA DIARIAMENTE POR FITAS TESTE QUE DEVERÃO ACOMPANHAR O PRODUTO EM NUMERO SUFICIENTE, EMBALADO EM MATERIAL QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO, O PRODUTO DEVERÁ ATENDER A LEGISLAÇÃO ATUAL VIGENTE(EMBALAGEM 5 LITROS)  | EMBAL | 50   | R\$ 246,09 | R\$ 12.304,50 |
| 47 | DESINFETANTE HOSPITALAR MULT GERM BQ (GALÃO DE 5 LITROS) - MISTURA DE CLORETO DE ALQUIL DIMETIL BENZIL AMÔNIO E CLORETO DE DIDECIL DIMETIL BENZIL AMÔNIO DE 20,0 - 30,0%, POLI HEXAMETILENO BIGUANIDA DE 4,0 – 6,0 %   | GALAO | 20   | R\$ 202,29 | R\$ 4.045,80  |
| 48 | DESINFETANTE LÍQUIDO PARA USO GERAL (LIMPADOR LÍQUIDO MULTIUSO PARA LIMPEZA PESADA), EMBALAGEM COM, NO MÍNIMO, 500ML. - DESINFETANTE LÍQUIDO PARA USO GERAL (LIMPADOR LÍQUIDO MULTIUSO PARA LIMPEZA PESADA), EMBALAGEM COM, NO MÍNIMO, 500ML. UNIDADE FRASCO 500 ML  | FRASC | 1378 | R\$ 18,26  | R\$ 25.162,28 |
| 49 | DESODORIZADOR - DESODORIZADOR ESSÊNCIA: LAVANDA/JASMIM , APRESENTAÇÃO: AEROSSOL, APLICAÇÃO: AROMATIZADOR AMBIENTAL , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: NÃO CONTENHA CFC. (FRASCO DE 360 ML)  | FRASC | 789  | R\$ 27,93  | R\$ 22.036,77 |
| 50 | DETERGENTE ALCALINO - 5 L  | GALAO | 31   | R\$ 90,06  | R\$ 2.791,86  |
| 51 | DETERGENTE LIQUIDO, (FRASCO 500 ML), PRINCIPIO ATIVO ALQUIL BENZENO SULFONATO DE SÓDIO, COMPOSIÇÃO BÁSICA ALQUIL BENZENO SULFONATO DE TRIETANOLAMINA, LAURIL ÉTER SULFATO DE SÓDIO, PRESERVANTES, SEQUESTRANTE, ESPESSANTE, FRAGRÂNCIAS AGUA, VALOR DO PH ENTRE 5,0-7,5, COMPOSIÇÃO AROMÁTICA NEUTRO, ACONDICIONADO FRASCO COM BICO DOSADOR, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM QUE MANTENHA A INTEGRIDADE DO PRODUTO, SUJEITO, NO ATO DA ENTREGA, AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA,   | FRASC | 7506 | R\$ 2,82   | R\$ 21.166,92 |
| 52 | ESCORREDOR CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA À CORROSÃO, IDEAL PARA SECAGEM EFICIENTE DE PRATOS EM AMBIENTES HOSPITALARES. POSSUI ESTRUTURA ROBUSTA, CAPAZ DE SUPORTAR VÁRIOS PRATOS SIMULTANEAMENTE, COM DESIGN ABERTO QUE FACILITA A DRENAGEM DA ÁGUA, GARANTINDO SECAGEM RÁPIDA. FÁCIL DE LIMPAR, ATENDE AOS PADRÕES DE HIGIENE E SEGURANÇA ALIMENTAR, SENDO ADEQUADO PARA USO INTENSIVO EM COZINHAS DE ALTA DEMANDA.   | UN    | 13   | R\$ 404,64 | R\$ 5.260,32  |
| 53 | ESCOVA DENTAL MATERIAL CERDAS: SINTÉTICO , MATERIAL CABO: PLÁSTICO , APLICAÇÃO: INFANTIL , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CANTOS ARREDONDADOS , TIPO CERDAS: MACIA, MÍNIMO DE 4 FILEIRAS E 26 TUFOS   | UN    | 3510 | R\$ 3,10   | R\$ 10.881,00 |
| 54 | ESCOVA LIMPEZA GERAL - ESCOVA OVAL DE MADEIRA DE LAVAR ROUPAS COM CERDAS RÍGIDAS EM NYLON, IDEAL PARA ESFREGAR ROUPAS, TÊNIS, E, TECIDOS EM GERAL.   | UN    | 166  | R\$ 5,50   | R\$ 913,00    |
| 55 | ESCOVA PARA AZULEJOS E CANTINHOS ESCOVA PARA AZULEJOS E CANTINHOS, COM PONTA RASPADORA PARA SUJEIRA MAIS RESISTENTE,   | UN    | 118  | R\$ 31,52  | R\$ 3.719,36  |

|    |  |       |      |           |               |
|----|--|-------|------|-----------|---------------|
|    | PARA LIMPEZA DE AZULEJOS, REJUNTES E CANTINHOS DIFÍCEIS DE ACESSAR DIMENSÕES: 27 X 5 X 2,4 CM  |       |      |           |               |
| 56 | ESCOVA SANITÁRIA: PARA LIMPEZA DE VASO SANITÁRIO - ESCOVA SANITÁRIA: PARA LIMPEZA DE VASO SANITÁRIO, COM CERDAS, MATERIAL PLÁSTICO E RESISTENTE, COM SUPORTE   | UN    | 233  | R\$ 16,85 | R\$ 3.926,05  |
| 57 | ESPONJA DUPLA FACE MULTIUSO, DUPLA FACE, MANTAS DE FIBRAS SINTÉTICAS UNIDAS COM RESINA A PROVA D'ÁGUA, APLICAÇÃO DE MATERIAL ABRASIVO E ADERIDA A ESPUMA DE POLIURETANO, ESPESSURA DE 20 MM, LADO ABRASIVO VERDE E ESPUMA AMARELA EMBALAGEM COM 4 UNIDADES, IGU - ESPONJA DUPLA FACE MULTIUSO, DUPLA FACE, MANTAS DE FIBRAS SINTÉTICAS UNIDAS COM RESINA A PROVA D'ÁGUA, APLICAÇÃO DE MAT(PACOTE COM 4 UNIDADES)   | PACOT | 1928 | R\$ 9,13  | R\$ 17.602,64 |
| 58 | ESPONJA PARA BANHO, ESPUMA DE POLIURETANO E POLIÉSTER, OVAL, EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, CORES VARIADAS,  | UN    | 1431 | R\$ 4,83  | R\$ 6.911,73  |
| 59 | ESPONJA PARA LIMPEZA, TIPO MULTIUSO, PARA LIMPEZA DELICADA, ANTIADERENTE, ANTIBACTERIANA, MEDINDO APROXIMADAMENTE 100 MM X 70 MM X 20 MM (COMP X LARG X ALT), COM FORMATO RETANGULAR, CORPO EM ESPUMA DE POLIURETANO E CAMADA DE FIBRA SINTÉTICA COM ABRASIVO, DUPLA FACE, NA COR VERDE/AMARELA. (PACOTE COM 3 UNIDADES)   | PACOT | 2573 | R\$ 5,06  | R\$ 13.019,38 |
| 60 | ESPONJA: (LÃ) DE AÇO, PRODUTO 100% ECOLÓGICO, QUE NÃO ACUMULA BACTÉRIAS, COM 08 UNIDADES DE 60G, DE COMPOSIÇÃO DE AÇO CARBONO. PADRÃO DE QUALIDADE: BOMBRIL, ASSOLAN OU SIMILAR  | EMBAL | 424  | R\$ 3,50  | R\$ 1.484,00  |
| 61 | FACA DE SERRA GRANDE (TIPO CORTAR PÃO), LÂMINA EM AÇO INOX, CABOS DE POLIPROPILENO NA COR BRANCA, TAMANHO DA LÂMINA 7", LARGURA: 3,4CM, ALTURA: 1,8CM, PROFUNDIDADE: 29,1CM  | UN    | 26   | R\$ 21,54 | R\$ 560,04    |
| 62 | FACA FABRICADA EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA QUALIDADE, RESISTENTE À CORROSÃO E DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO, GARANTINDO SEGURANÇA E DURABILIDADE. POSSUI LÂMINA AFIADA PARA CORTES PRECISOS E DESIGN ERGONÔMICO, PROPORCIONANDO CONFORTO NO MANUSEIO. ADEQUADA PARA USO HOSPITALAR, ATENDE AOS PADRÕES DE HIGIENE E SEGURANÇA, PREVENINDO CONTAMINAÇÃO CRUZADA   | UN    | 116  | R\$ 29,31 | R\$ 3.399,96  |
| 63 | FACA MANUAL PARA COZINHA, EM AÇO INOX, PARA CARNE, MEDINDO NO MÍNIMO 33CM (TOTAL), LAMINA 8 POLEGADAS, COM ESPESSURA MÍNIMA DE 20MM, CABO EM POLIPROPILENO (PP), NA COR BRANCA,  | UN    | 21   | R\$ 41,52 | R\$ 871,92    |
| 64 | FACA MÉDIA CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA QUALIDADE, RESISTENTE À CORROSÃO E FÁCIL DE HIGIENIZAR, PROJETADA PARA CORTES PRECISOS E DURABILIDADE EM AMBIENTES HOSPITALARES. POSSUI CABO DE PLÁSTICO BRANCO, ERGONÔMICO E ANTIDERRAPANTE, OFERECENDO SEGURANÇA E CONFORTO DURANTE O USO. SEU DESIGN E MATERIAIS ATENDEM AOS PADRÕES DE HIGIENE E SEGURANÇA, REDUZINDO O RISCO DE CONTAMINAÇÃO CRUZADA       | UN    | 14   | R\$ 39,73 | R\$ 556,22    |
| 65 | FIBRA PARA LIMPEZA, FIBRA SINTÉTICA E MATERIAL ABRASIVO, NA COR VERDE, (102X260)MM, PARA LIMPEZA GERAL,  | UN    | 230  | R\$ 3,76  | R\$ 864,80    |
| 66 | FILME EMBALAGEM - FILME EMBALAGEM MATERIAL: PVC - CLORETO DE POLIVINILA , TIPO FILME: ESTICÁVEL , LARGURA: 28 CM, COMPRIMENTO: 100 M, TRANSMITÂNCIA: TRANSPARENTE  | UN    | 66   | R\$ 15,61 | R\$ 1.030,26  |
| 67 | FILTRO DE PAPEL, 100% CELULOSE, PARA COAR CAFÉ, MODELO TRADICIONAL PARA GARRAFA TÉRMICA COMUM, COM FECHAMENTO DE DUPLA PRENSAGEM, TAMANHO 103, GRAMATURA 54G/M2, NA COR BRANCA, FORNECIDO EM CAIXA APROPRIADA AO PRODUTO, COM VALIDADE MÍNIMA DE 4 ANOS A CONTAR DA DATA FABRICAÇÃO, - CAIXA COM 30 UNIDADES   | CX/30 | 782  | R\$ 5,82  | R\$ 4.551,24  |
| 68 | FLANELA - FLANELA MATERIAL: 100% ALGODÃO , COMPRIMENTO: 60 CM, COR: AMARELA , LARGURA: 30 C  | UN    | 647  | R\$ 5,61  | R\$ 3.629,67  |
| 69 | FÓSFORO DE SEGURANÇA - MAÇO COM 10 CAIXA ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: CONFECCIONADO EM MADEIRA QUALIDADE, COM PONTA ABRASIVA, MEDINDO APROXIMADAMENTE 6 CM DE COMPRIMENTO. ACONDICIONADOS EM CAIXA RESISTENTE COM LIXA PARA ACENDIMENTO, CONTENDO 40 PALITOS, REEMBALADO - CAIXA COM 10 UNIDADES  | CX/10 | 80   | R\$ 5,79  | R\$ 463,20    |
| 70 | FRALDA DESCARTÁVEL - FRALDA DESCARTÁVEL - TAMANHO XG- PACOTE COM 70 UNIDADES FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL (TAMANHO XG) - PARA CRIANÇAS ACIMA DE 12 KG- CONTENDO 70 UNIDADES POR PACOTE _X001A_ FORMATO ANATÔMICO DE CINTURA AJUSTÁVEL, DOTADA DE RECORTES NAS PERNAS, DE PREFERÊNCIA COM 2 A 4 ELÁSTICOS, POSSIBILITANDO AJUSTE PERFEITO. SEU REVESTIMENTO INTERNO DEVERÁ SER CONFECCIONADO(PACOTE COM 70 UNIDADES) | PACOT | 99   | R\$ 64,71 | R\$ 6.406,29  |
| 71 | FRALDA DESCARTÁVEL GERIÁTRICA, FORMATO ANATÔMICO, COBERTURA EXTERNA IMPERMEÁVEL, ELÁSTICO NAS PERNAS, FITAS ADESIVAS   | PACOT | 500  | R\$ 26,10 | R\$ 13.050,00 |

|    |  |       |      |            |               |
|----|--|-------|------|------------|---------------|
|    | REGULÁVEIS PARA FIXAÇÃO, BARREIRAS LATERAIS ANTIVAZAMENTO, TAMANHO G PCT COM NO MÍNIMO 8 UNIDADES  |       |      |            |               |
| 72 | FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL G, TIPO CALCINHA ELÁSTICA AJUSTÁVEL, BARREIRA ANTIVAZAMENTO (PACOTE COM 80 UNIDADES)   | PACOT | 114  | R\$ 48,46  | R\$ 5.524,44  |
| 73 | GARFO CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL, COM RESISTÊNCIA À CORROSÃO E SUPERFÍCIE NÃO POROSA, IDEAL PARA AMBIENTES HOSPITALARES. PROJETADO PARA OFERECER DURABILIDADE E FÁCIL LIMPEZA, GARANTE SEGURANÇA E CONFORTO NO MANUSEIO. SEU DESIGN ERGONÔMICO FACILITA O MANUSEIO DE ALIMENTOS, PROMOVENDO HIGIENE E EFICIÊNCIA.   | UN    | 602  | R\$ 4,93   | R\$ 2.967,86  |
| 74 | GARFO DE COZINHA-REFEIÇÃO, DE MESA, EM AÇO AISI 430, MEDINDO NO MÍNIMO (180)MM, ESPESSURA MÍNIMA DE (1,0)MM NA LAMINA, COM CABO DE AÇO INOX, SEM DECORAÇÃO,  | UN    | 460  | R\$ 5,75   | R\$ 2.645,00  |
| 75 | GARFO DE PLÁSTICO OU MADEIRA, PARA REFEIÇÃO, TIPO MASTER, COM 04 DENTES, EM POLIETILENO, DESCARTÁVEL, MEDINDO NO MÍNIMO 180 MM DE COMPRIMENTO, ESPESSURA MÍNIMA DE 27 MM NOS DENTES, NA COR BRANCA, EMBALAGEM QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO, - PACOTE COM 50 UNIDADES   | PCT   | 200  | R\$ 6,86   | R\$ 1.372,00  |
| 76 | GARRAFA TÉRMICA FABRICADA EM AÇO INOXIDÁVEL OU MATERIAL DE ALTA RESISTÊNCIA, COM REVESTIMENTO INTERNO ISOLANTE, GARANTINDO A MANUTENÇÃO DA TEMPERATURA POR LONGOS PERÍODOS. POSSUI CAPACIDADE PARA 2 LITROS, IDEAL PARA O SERVIÇO DE BEBIDAS QUENTES OU FRIAS COMO CAFÉ, CHÁ E LEITE EM HOSPITAIS. EQUIPADA COM TAMPA DE PRESSÃO E BICO ANTIGOTAS, QUE FACILITAM O MANUSEIO E SERVIÇO, REDUZINDO RISCO DE DERRAMAMENTOS. FÁCIL DE HIGIENIZAR, ATENDENDO AOS REQUISITOS DE SEGURANÇA E HIGIENE HOSPITALAR | UN    | 76   | R\$ 132,78 | R\$ 10.091,28 |
| 77 | HIDRATANTE PARA PELE, EM BEBES TESTADO DERMATOLOGICAMENTE 200ML  | UN    | 766  | R\$ 37,38  | R\$ 28.633,08 |
| 78 | INSETICIDA AEROSSOL – 360 ML. ESPECIFICAÇÃO: PARA USO DOMÉSTICO, INODORO, COM FORMULA A BASE DE ÁGUA, PARA MOSCAS, MOSQUITOS E BARATAS, O RÓTULO DO PRODUTO DEVE ESTAMPAR O NOME DO FABRICANTE. COM ÓLEO ESSENCIAL DE EUCALIPTO PARA EVITAR O - INSETICIDA AEROSSOL –  | UN    | 566  | R\$ 18,62  | R\$ 10.538,92 |
| 79 | JARRA DE ÁGUA - INOX 2 LITROS  | UN    | 12   | R\$ 82,50  | R\$ 990,00    |
| 80 | KIT SHAMPOO E CONDICIONADOR PARA BEBÊS: DERMATOLOGICAMENTE TESTADO, SEM SULFATO, SEM PARABENOS HIPOALERGÊNICO. (SHAMPOO 400ML, CONDICIONADOR 200ML) (IGUAL OU SEMELHANTE A JOHNSON BABY)   | KIT   | 56   | R\$ 28,52  | R\$ 1.597,12  |
| 81 | LENÇO DESCARTÁVEL - MATERIAL PAPEL, COMPRIMENTO 21,50 CM, LARGURA 14,80 CM, APLICAÇÃO LIMPEZA INSTRUMENTOS, APRESENTAÇÃO 100 UNIDADES, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS MACIO E DUPLA.   | CX100 | 26   | R\$ 11,04  | R\$ 287,04    |
| 82 | LENÇO UMEDECIDO - LENÇO UMEDECIDO, MATERIAL NÃO TECIDO, DIMENSÕES CERCA DE 15 X 20 CM, COMPONENTES COM EMOLIENTE, ISENTO DE ÁLCOOL, CARACTERÍSTICA ADICIONAL HIPOALERGÊNICO, TIPO USO DESCARTÁVEL, USO INFANTIL (PACOTE COM 100 UNIDADES)  | PACOT | 610  | R\$ 12,67  | R\$ 7.728,70  |
| 83 | LENÇOL PAPEL HOSPITALAR PARA MACA 70X50 CAIXA 10 ROLOS   | CX/10 | 200  | R\$ 91,35  | R\$ 18.270,00 |
| 84 | LIMPA ALUMÍNIO, COMPOSIÇÃO BÁSICA TENSOATIVO ANIÔNICO, SULFÔNICO, CONSERVANTE, ABRASIVOS, CORANTE E VEÍCULO, TIPO LÍQUIDO, COM VALIDADE DE 2 ANOS, ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO, CONTENDO 500ML, EMBALADO EM CAIXA DE PAPELÃO REFORÇADO, PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA, AOS PROCEDIMENTOS ADM. DETERMINADOS PELA ANVISA, - FRASCO 500 ML   | FRASC | 185  | R\$ 4,16   | R\$ 769,60    |
| 85 | LIMPADOR DE SUPERFÍCIE SAPONÁCEO CREMOSO 250 ML, CONTENDO O NOME DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE  | UN    | 998  | R\$ 11,04  | R\$ 11.017,92 |
| 86 | LIMPADOR MULTIUSO AÇÃO, DESENGORDURANTE EMBALAGEM 500 ML   | UN    | 1650 | R\$ 10,89  | R\$ 17.968,50 |
| 87 | LIMPADOR UNIVERSAL FLOTADOR DE LIMPEZA PESADA BIODEGRADÁVEL, EMBALAGEM 5 LTS   | GALAO | 326  | R\$ 35,94  | R\$ 11.716,44 |
| 88 | LÍQUIDIFICADOR INDUSTRIAL, BAIXA ROTAÇÃO, CAPACIDADE DO COPO DE 6 LITROS, COPO MONOBLOCO SEM SOLDAS, SISTEMA DE ENCAIXE SEXTAVADO DO EIXO, GABINETE E COPO EM AÇO INOX ESCOVADO, TAMPA QUE PERMITE VEDAÇÃO, POTÊNCIA 0,5 CV - 665W, ROTAÇÃO 3500RPM, FREQUÊNCIA 60HZ, VOLTAGEM: BIVOLT, DIMENSÕES (AXLXP) 72X31X30CM.  | UN    | 10   | R\$ 837,20 | R\$ 8.372,00  |
| 89 | LIXEIRA 60L, EM POLIPROPILENO RESISTENTE E DURÁVEL, SEM PEDAL E COM TAMPA BASCULANTE (VAI E VEM), COR BRANCA OU PRETA, ESTÁVEL AO USO E DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO  | UN    | 96   | R\$ 71,95  | R\$ 6.907,20  |



|     |  |       |       |            |                |
|-----|--|-------|-------|------------|----------------|
| 90  | LUSTRA MOVEIS, DE MADEIRA, A BASE DE ÓLEO DE PEROBA. EMBALAGEM COM 200 ML, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E INSCRIÇÃO NA DISAD  | FRASC | 132   | R\$ 17,29  | R\$ 2.282,28   |
| 91  | LUVA DE BORRACHA AMARELA TAM G   | UN    | 200   | R\$ 19,16  | R\$ 3.832,00   |
| 92  | LUVA DE BORRACHA AMARELA TAM M   | UN    | 200   | R\$ 9,47   | R\$ 1.894,00   |
| 93  | PÁ PARA LIXO – EM METAL GALVANIZADA COM CABO LONGO DE MADEIRA (80CM)   | UN    | 99    | R\$ 24,95  | R\$ 2.470,05   |
| 94  | PALHA DE AÇO, EM AÇO CARBONO, NUMERO 0, PARA LIMPEZA E BRILHO -  | UN    | 70    | R\$ 1,71   | R\$ 119,70     |
| 95  | PALITO, DE MADEIRA, NO FORMATO ACHATADO, COM PONTA QUADRADA, PARA SORVETE (OU USO ESCOLAR/ARTESANATO, ETC), MEDINDO (120 X 7.8 X 2.0) MM (C X L X E), EMBALAGEM REFORÇADA E APROPRIADA PARA O PRODUTO, PACOTE COM 100 UNIDADES   | PCT   | 70    | R\$ 4,19   | R\$ 293,30     |
| 96  | PANELA DE ALUMÍNIO FUNDIDO (CAÇAROLA), CONFECCIONADA TODA EM ALUMÍNIO BATIDO, ESPESSURA APROXIMADA DE 6 MM (GROSSA) SEM EMENDAS, ALÇAS EM MADEIRA, BOCA COM DIÂMETRO DE 34 CM, CAPACIDADE APROXIMADA DE 10 LITROS, LARGURA: 45,5 CM COM ALÇA, ACOMPANHA TAMPA COM PUXADOR EM POLIETILENO.  | UN    | 19    | R\$ 225,57 | R\$ 4.285,83   |
| 97  | PANELA DE PRESSÃO 20 LITROS  | UN    | 1     | R\$ 479,66 | R\$ 479,66     |
| 98  | PANELA DE PRESSÃO, DE ALUMÍNIO POLIDO, COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA (15,0) LITROS, COM FECHAMENTO EXTERNO, CONTENDO VÁLVULA DE ESCAPE E SEGURANÇA E TRAVA DE SEGURANÇA, COM DIÂMETRO MÍNIMO DE (26)CM, ALTURA MÍNIMA DE (34)CM, ASA DE BAQUELITE, USADA COMO APOIO, CABO DE BAQUELITE, E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A NBR 11823/11,  | UN    | 13    | R\$ 336,90 | R\$ 4.379,70   |
| 99  | PANELA GRANDE EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, PROJETADA PARA PREPARO DE SOPAS E CALDOS EM AMBIENTES HOSPITALARES. O MATERIAL GARANTE DURABILIDADE, RESISTÊNCIA À CORROSÃO E FACILIDADE NA HIGIENIZAÇÃO, ATENDENDO AOS PADRÕES DE SEGURANÇA ALIMENTAR. POSSUI CAPACIDADE AMPLA E ALÇAS ERGONÔMICAS, PROPORCIONANDO SEGURANÇA E CONFORTO NO MANUSEIO. A PANELA É ADEQUADA PARA USO INTENSIVO E SUPORTA ALTAS TEMPERATURAS, SENDO IDEAL PARA COZIMENTO UNIFORME E EFICIENTE EM GRANDES QUANTIDADES | UN    | 5     | R\$ 198,99 | R\$ 994,95     |
| 100 | PANO DE CHÃO ALVEJADO XADREZ. FIBRA DE ALGODÃO. BRANCO. TEXTURA GROSSA. ALTA ABSORÇÃO. MEDINDO: 90 X 80 CM (APROXIMADAMENTE).  | UN    | 702   | R\$ 6,38   | R\$ 4.478,76   |
| 101 | PANO DE CHÃO DE ALTA ABSORÇÃO PARA LIMPEZA , TIPO SACO ( ALVEJADO GROSSO 50X70 100% ALGODÃO)   | UN    | 1120  | R\$ 4,57   | R\$ 5.118,40   |
| 102 | PANO DE CHÃO ESFREGÃO (PARA LIMPEZA DE CHÃO) - DUPLO, TECIDO: 100% ALGODÃO. TAMANHO: 60CM X 90CM   | UN    | 413   | R\$ 15,64  | R\$ 6.459,32   |
| 103 | PANO DE CHÃO, COSTURA DUPLA DE FIOS RESISTENTES, ALTO PODER DE ABSORÇÃO, SACO LAVADO E ALVEJADO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 50X80, MATERIAL ALGODÃO CRU, TIPO SACO, NA COR BRANCA.  | UN    | 410   | R\$ 4,45   | R\$ 1.824,50   |
| 104 | PANO DE LIMPEZA MULTIUSO 28X40CM 240M LARANJA 600 PANOS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: COMPOSIÇÃO: 53% POLPA MADEIRA, 47% POLIÉSTER, COR: LARANJA. MEDIDAS DA FLANELA: 28 X 40CM, MEDIDAS DO ROLO: 240M CONTÉM 600 PANOS  | ROLO  | 61    | R\$ 65,08  | R\$ 3.969,88   |
| 105 | PANO MULT USO, ABSORVENTE DURÁVEL, LAVÁVEL, 60X33 CM - PCT 5   | PACOT | 296   | R\$ 8,30   | R\$ 2.456,80   |
| 106 | PANO MULTIUSO PERFLEX 28X300M - ROLO COM 300 METROS  | ROLO  | 14    | R\$ 121,69 | R\$ 1.703,66   |
| 107 | PANO MULTIUSO TIPO PERFLEX PCT COM 05 UNIDADES   | PACOT | 67    | R\$ 9,80   | R\$ 656,60     |
| 108 | PANO PRATO - PANO PRATO, MATERIAL ALGODÃO, COMPRIMENTO 60 CM, LARGURA 40 CM, COR BRANCA  | UN    | 311   | R\$ 5,71   | R\$ 1.775,81   |
| 109 | PAPEL ALUMÍNIO - MATERIAL: ALUMÍNIO, COMPRIMENTO: 7,50 M, LARGURA: 30 CM, APRESENTAÇÃO: ROLO,  | ROLO  | 145   | R\$ 8,00   | R\$ 1.160,00   |
| 110 | PAPEL HIGIÊNICO-FOLHA DUPLA, CLASSE 01, NA COR BRANCA,, COMPRIMENTO DO ROLO DE 30 MX 10CM, PACOTE COM 4 ROLOS.   | PACOT | 31285 | R\$ 11,27  | R\$ 352.581,95 |
| 111 | PAPEL TOALHA (PACOTE COM 1000 UNIDADES) - TEXTURA: GOFRADO, COR: BRANCO DE 1º QUALIDADE, FOLHA: SIMPLES, APRESENTAÇÃO: INTERFOLHADO, DIMENSÃO (C X L): 23 CM X 21 CM, NUMERO DOBRA: 2, QUALIDADE: 100% FIBRAS NATURAIS, FORMA FORNECIMENTO: EMBALAGEM COM 1000 UNIDADES  | PCT   | 1694  | R\$ 22,99  | R\$ 38.945,06  |
| 112 | PAPEL TOALHA, (PACOTE COM 2 UNIDADES), BOBINA PARA COZINHA, FOLHA DUPLA, COM 60 TOALHAS DE PAPEL CADA ROLO, BRANCA, PACOTE COM 2 UNIDADES, RESPEITANDO AO TAMANHO MÍNIMO DE 19 X 20CM E MÁXIMO DE 20 X 22CM. COMPOSIÇÃO: 100% DE FIBRAS NATURAIS. NÃO RECICLADA PACOTE COM 2 ROLOS   | PACOT | 150   | R\$ 11,47  | R\$ 1.720,50   |
| 113 | PEDRA SANITÁRIA, TIPO DESODORIZADOR SANITÁRIO, COMPOSIÇÃO PARADICLORO BENZENO, ESSÊNCIA E CORANTE, PESO LIQUIDO 35G  | UN    | 1142  | R\$ 6,40   | R\$ 7.308,80   |

|     |   |       |      |            |               |
|-----|---|-------|------|------------|---------------|
|     | ASPECTO FÍSICO TABLETE SÓLIDO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SUPORTE PLÁSTICO PARA VASO SANITÁRIO, ESSÊNCIA DE LAVANDA/OUTRAS, CAIXA COM UMA U - PEDRA SANITÁRIA, TIPO DESODORIZADOR SANITÁRIO, COMPOSIÇÃO PARADICLORO BENZENO, ESSÊNCIA E CORANTE, PESO LIQUIDO 35G ASPECTO FÍSICO TABLETE SÓLIDO, CARACTERÍSTICAS  |       |      |            |               |
| 114 | POTE DE PLÁSTICO COM TAMPA - CAPACIDADE 2 LITROS  | UN    | 10   | R\$ 10,93  | R\$ 109,30    |
| 115 | POTE DE PLÁSTICO COM TAMPA, CAPACIDADE 20 LITROS  | UN    | 20   | R\$ 27,96  | R\$ 559,20    |
| 116 | POTE PLÁSTICO COM TAMPA 5 LITROS  | UN    | 10   | R\$ 29,26  | R\$ 292,60    |
| 117 | POTE PLÁSTICO COM TAMPA CAPACIDADE MÍNIMA DE 15 LITROS  | UN    | 10   | R\$ 20,39  | R\$ 203,90    |
| 118 | PRATO DE VIDRO, DIÂMETRO MÍNIMO DE 22,2CM, COM ALTURA MÍNIMA DE 3,2CM, TIPO FUNDO, TRANSPARENTE, LISO, SEM DETALHES, DE VIDRO TEMPERADO RESISTENTE A CHOQUES TÉRMICOS E MECÂNICOS,  | UN    | 750  | R\$ 6,58   | R\$ 4.935,00  |
| 119 | PRATO FUNDO FABRICADO EM VIDRO TEMPERADO, RECONHECIDO PELA SUA ALTA RESISTÊNCIA A IMPACTOS E VARIAÇÕES DE TEMPERATURA, GARANTINDO DURABILIDADE E SEGURANÇA. SUA SUPERFÍCIE LISA E NÃO POROSA FACILITA A HIGIENIZAÇÃO, CUMPRINDO OS REQUISITOS DE SEGURANÇA ALIMENTAR EM AMBIENTES HOSPITALARES. O MATERIAL É ALTAMENTE RESISTENTE A QUEBRAS E CHOQUES TÉRMICOS, SENDO UMA OPÇÃO CONFIÁVEL E ADEQUADA PARA USO INTENSIVO | UN    | 140  | R\$ 12,49  | R\$ 1.748,60  |
| 120 | PRATO RASO CONFECCIONADO EM VIDRO TEMPERADO, CONHECIDO POR SUA RESISTÊNCIA A IMPACTOS E TEMPERATURAS ELEVADAS, PROPORCIONANDO DURABILIDADE E SEGURANÇA. O DESIGN LISO E NÃO POROSO FACILITA A HIGIENIZAÇÃO, ATENDENDO AOS PADRÕES DE SEGURANÇA ALIMENTAR NECESSÁRIOS EM AMBIENTES HOSPITALARES. O MATERIAL RESISTENTE A QUEBRAS E CHOQUES TÉRMICOS FAZ DESTE PRATO UMA OPÇÃO CONFIÁVEL PARA USO CONTÍNUO                | UN    | 82   | R\$ 9,93   | R\$ 814,26    |
| 121 | PROCESSADOR DE ALIMENTOS, 2 VELOCIDADES + PULSAR, POTÊNCIA 300W, JARRA COM CAPACIDADE DE 710ML, LÂMINAS EM AÇO INOXIDÁVEL, DISCO 2 EM 1 (RALA E FATIA), DIMENSÕES: 20.9CM DE LARGURA, 32.9CM DE ALTURA E 17.0CM DE COMPRIMENTO, TRAVAS DE SEGURANÇA, PÉS ANTIDERRAPANTES.   | UN    | 11   | R\$ 314,04 | R\$ 3.454,44  |
| 122 | PULVERIZADOR (BORRIFADOR), FABRICADO EM POLIETILENO E POLIPROPILENO, COM CAPACIDADE PARA 500ML. CORPO DE COR TRANSPARENTE E CABEÇA DE COR BRANCA  | UN    | 113  | R\$ 15,39  | R\$ 1.739,07  |
| 123 | QUEROSENE PERFUMADO - 500 ML CONFORME NORMA ABNT-NBR 14725-2:2009. ADOÇÃO DO SISTEMA GLOBALMENTE HARMONIZADO PARA A CLASSIFICAÇÃO E ROTULAGEM DE PRODUTOS QUÍMICOS, ONU.  | UN    | 324  | R\$ 15,22  | R\$ 4.931,28  |
| 124 | REMOVEDOR DE SUJEIRA. PRODUTO IDEAL PARA LAVAR PISOS, AZULEJOS, CERÂMICAS - GALÃO 5 LITROS  | GALAO | 1124 | R\$ 38,98  | R\$ 43.813,52 |
| 125 | RODO - RODO MATERIAL CABO: MADEIRA PLASTIFICADA , MATERIAL SUPORTE: MADEIRA , COMPRIMENTO SUPORTE: 40 CM, COR: SUPORTE E CABO NATURAL , QUANTIDADE BORRACHAS: 2 UN, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CABO APROXIMADAMENTE 1,20 M, COM ROSCA  | UN    | 132  | R\$ 16,98  | R\$ 2.241,36  |
| 126 | RODO - RODO MATERIAL SUPORTE: ALUMÍNIO , COMPRIMENTO SUPORTE: 40 CM, QUANTIDADE BORRACHAS: 2 UN, MATERIAL CABO: ALUMÍNIO  | UN    | 135  | R\$ 35,20  | R\$ 4.752,00  |
| 127 | RODO, COM CEPA DE MADEIRA, CEPA MEDINDO 30CM, BORRACHA: NATURAL, DUPLA, CABO DE MADEIRA REVESTIDO EM POLIPROPILENO, MEDINDO 120CM, ROSCA DE POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE,   | UN    | 25   | R\$ 11,17  | R\$ 279,25    |
| 128 | RODO, COM CEPA DE MADEIRA, CEPA MEDINDO 60CM, BORRACHA: NATURAL, DUPLA, CABO DE MADEIRA REVESTIDO EM POLIPROPILENO, CABO MEDINDO 120CM, ROSCA EM POLIETILENO BAIXA DENSIDADE,   | UN    | 304  | R\$ 14,06  | R\$ 4.274,24  |
| 129 | RODO, COM CEPA DE POLIPROPILENO DE ALTA RESISTÊNCIA COM SISTEMA DE ROSCA PARA FIXAÇÃO DO CABO, CEPA MEDINDO 40CM, BORRACHA: EVA, DUPLA DE ALTA MACIEZ E ABSORÇÃO, COM ESPESSURA MÍNIMA DE 3,5 MM EM CADA BORRACHA, CABO DE MADEIRA COM ROSCA PARA FIXAÇÃO NA BASE E REVESTIMENTO EM POLIPROPILENO, MEDINDO 120 CM DE COMPRIMENTO,   | UN    | 58   | R\$ 18,67  | R\$ 1.082,86  |
| 130 | RODO, COM CEPA DE POLIPROPILENO DE ALTA RESISTÊNCIA COM SISTEMA DE ROSCA PARA FIXAÇÃO DO CABO, CEPA MEDINDO 60CM, BORRACHA: EVA, DUPLA DE ALTA MACIEZ E ABSORÇÃO, COM ESPESSURA MÍNIMA 4,5 MM EM CADA BORRACHA, CABO DE MADEIRA COM ROSCA PARA FIXAÇÃO NA BASE E REVESTIMENTO EM POLIPROPILENO, MEDINDO 120 CM DE COMPRIMENTO,  | UN    | 124  | R\$ 25,82  | R\$ 3.201,68  |
| 131 | ROLO DE BOBINA PLÁSTICA FILME DE PVC 28X300 METROS - (BOBINA COM 300 METROS)  | BOBIN | 23   | R\$ 74,94  | R\$ 1.723,62  |
| 132 | SABÃO EM BARRAS - NEUTRO GLICERINADO, PACOTE COM 5 UNIDADES   | PACOT | 561  | R\$ 16,73  | R\$ 9.385,53  |
| 133 | SABÃO EM PÓ EMBALAGEM COM 800 GRAMAS  | CAIXA | 1406 | R\$ 15,16  | R\$ 21.314,96 |
| 134 | SABONETE CORPORAL EM BARRA 85G *SABONETE CORPORAL EM BARRA 85 GRAMAS, ATÓXICO, ANTIBACTERIANO COM ELIMINAÇÃO DE 99,9% DAS   | UN    | 232  | R\$ 3,90   | R\$ 904,80    |

|     |   |       |     |           |               |
|-----|---|-------|-----|-----------|---------------|
|     | BACTÉRIAS. COM FORMULA ENRIQUECIDA COM ÓLEO DE AMÊNDOA E LANOLINA, INDICADO PARA TODO TIPO DE PELE E USADO EM TODO O CORPO. OBRIGATÓRIO - SABONETE  |       |     |           |               |
| 135 | SABONETE EM BARRA, SUAVE(PH 5,5 A 8,5)COMUM, HIGIENE CORPORAL,90GR - SABONETE, EM BARRA, SUAVE(PH ENTRE 5,5 A 8,5), COMUM, PARA HIGIENE CORPORAL, 90 GRAMAS, PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA, AOS PROCEDIMENTOS ADM. DETERMINADOS PELA ANVISA   | UN    | 645 | R\$ 4,33  | R\$ 2.792,85  |
| 136 | SABONETE INFANTIL EM BARRA. TESTADO DERMATOLOGICAMENTE. HIPOALERGÊNICO. BARRA COM 75 G.   | UN    | 560 | R\$ 4,90  | R\$ 2.744,00  |
| 137 | SABONETE LÍQUIDO EMBALAGEM COM 5L, PEROLIZADO, EXTRATO VEGETAL ERVA DOCE OU NEUTRA, DE BOA QUALIDADE .. REGISTRO COMO COSMÉTICO.  | GALAO | 221 | R\$ 27,07 | R\$ 5.982,47  |
| 138 | SABONETE LÍQUIDO INFANTIL COM GLICERINA - COM FRAGRÂNCIA SUAVE DE BEBE CONTENDO 500 ML  | UN    | 874 | R\$ 25,80 | R\$ 22.549,20 |
| 139 | SABONETE LÍQUIDO INFANTIL COM GLICERINA LIMPEZA COM SUAVIDADE, SEM AGREDIR A PELE DO BEBE COM NO MÍNIMO - 200ML   | UN    | 160 | R\$ 24,58 | R\$ 3.932,80  |
| 140 | SABONETE LÍQUIDO INFANTIL GLICERINADO - 400ML   | UN    | 65  | R\$ 31,93 | R\$ 2.075,45  |
| 141 | SABONETE LIQUIDO NEUTRO, COMUM PARA HIGIENIE DAS MÃOS, CONTENDO 5 LITROS  | GALAO | 112 | R\$ 28,32 | R\$ 3.171,84  |
| 142 | SACO DE LIXO PARA USO DOMESTICO (PACOTE COM 100 UNIDADES), DE POLIETILENO REFORÇADO, COM CAPACIDADE DE 100 LITROS, MEDINDO NO MÍNIMO 105 CM DE ALTURA,75 CM DE LARG. COM VARIAÇÃO TOLERADA DE +/- 1CM E ESPESSURA. MÍNIMA 0,010MM, PRETO, SEM TIMBRE, SUPORTANDO NO MÍNIMO 20 KG, COM AUSÊNCIA DE FUROS, ROTULAGEM CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A NBR 9191:2008 E ATUALIZAÇÕES POSTERIORES, | PACOT | 648 | R\$ 52,26 | R\$ 33.864,48 |
| 143 | SACO DE POLIPROPILENO TRANSPARENTE, LACRADO, COM TARJA BRANCA PARA DESCRIÇÃO DE ALIMENTOS ESTÉRIL 12X30 CM, COM 100 UNIDADES  | PACOT | 14  | R\$ 53,65 | R\$ 751,10    |
| 144 | SACO LIXO 60 L, (PACOTE COM 100 UNIDADES), SACO PARA LIXO DE USO DOMÉSTICO, DE POLIETILENO COM CAPACIDADE PARA 60 LITROS NA COR PRETA. FARDO COM 100 UNIDADES.  | PACOT | 497 | R\$ 41,28 | R\$ 20.516,16 |
| 145 | SACO PLÁSTICO DE POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE PARA EMBALAGENS, ROLO COM APROXIMADAMENTE 450 UNIDADES DMEDINDO (40X60CM) COM CAPACIDADE DE 10KG COM 03CM DE ABA, ESPESSURA DE 0,20 MICRAS NO MÍNIMO EM CADA PAREDE, TRANSPARENTE INCOLOR, LACRE COM APLICAÇÃO DE FITA INVOLÁVEL OU DEFINITIVA, COM TARJA PARA IDENTIFICAÇÃO, ISENTO DE FUROS, RANHURAS, REBARBAS E PARTÍCULAS PRETAS, SEM IDENTIFICAÇÃO NA EMBALAGEM DE ACONDICIONAMENTO,         | ROLO  | 30  | R\$ 47,48 | R\$ 1.424,40  |
| 146 | SACO PLÁSTICO LIXO - - (PACOTE COM 100 UNIDADES) - SACO PLÁSTICO LIXO, CAPACIDADE 60 L, COR BRANCO LEITOSO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM SIMBOLOGIA DE SUBSTÂNCIA INFECTANTE, NORMAS TÉCNICAS NBR 7500, NBR 9191, MATERIAL POLIETILENO  | PACOT | 108 | R\$ 45,57 | R\$ 4.921,56  |
| 147 | SACO PLÁSTICO LIXO - MATERIAL: POLIETILENO, ALTURA: 62 CM, CAPACIDADE: 30 L, COR: PRETA, ESPESSURA: 0,08 MM, LARGURA: 59 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MATERIAL ORGÂNICO, NORMAS TÉCNICAS: NBR 9190 E 9191, (PACOTE COM 100 UNIDADES)   | PACOT | 202 | R\$ 34,80 | R\$ 7.029,60  |
| 148 | SACO PLÁSTICO PARA EMBALAGEM, DE POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE (PEBD), ATOXICO,100 % VIRGEM, MEDINDO (40X60)CM, ESPESSURA 6 MICRA (CADA PAREDE), TRANSPARENTE, COM SELAGEM REFORÇADA, ISENTO DE MATERIAIS ESTRANHOS, RANHURAS, REBARBAS E FUROS, ROTULAGEM ADEQUADA NA EMBALAGEM (NOME DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, QUANTIDADE, DIMENSÕES, ETC) - (BOBINA COM 500 METROS)  | BOBIN | 41  | R\$ 36,00 | R\$ 1.476,00  |
| 149 | SACO PLÁSTICO PARA EMBALAGEM, DE POLIETILENO, NÃO RECICLADO, MEDINDO (30 X 40)CM (LXA), ESPESSURA 0,20 MM EM CADA PAREDE, TRANSPARENTE, SEM LACRE, ISENTO DE FUROS, RANHURAS, REBARBAS E PARTÍCULAS PRETAS, COM SELAGEM REFORÇADA NO FUNDO, DEVE SER RIGOROSAMENTE SEM IMPUREZAS (ISENTO DE INSETOS, FULIGEM E PONTOS DE CARBONIZAÇÃO) - (BOBINA COM 500 METROS)  | BOBIN | 23  | R\$ 21,00 | R\$ 483,00    |
| 150 | SALEIRO PLÁSTICO 1 KG   | UN    | 2   | R\$ 12,10 | R\$ 24,20     |
| 151 | SANITIZANTE EM PÓ, EMBALAGEM DE 1KG, ASPECTO PÓ BRANCO, PH 8,5 - 9,5, TEOR DE ATIVO: 4,02 (+/- 0,2%), ODOR CLORADO  | KG    | 26  | R\$ 23,40 | R\$ 608,40    |
| 152 | SHAMPOO INFANTIL NEUTRO 200ML COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA JOHNSON & JOHNSON SHAMPOO INFANTIL PARA CRIANÇAS DE 0 A 6 MESES - COM PROTEÍNA, FÓRMULA SUAVE, HIDRATAÇÃO E BRILHO PARA TODO TIPO DE CABELO.  | UN    | 540 | R\$ 17,07 | R\$ 9.217,80  |

|              |   |       |      |           |                         |
|--------------|---|-------|------|-----------|-------------------------|
|              | DERMATOLOGICAMENTE TESTADO E HIPOALERGÊNICO - SHAMPOO INFANTIL NEUTRO 200ML COM QUALIDADE   |       |      |           |                         |
| 153          | SUPORTE PARA COADOR, DE PLÁSTICO, NO FORMATO NO FORMATO CÔNICO, PARA COADOR REF.103, NA COR NA COR MARROM,  | UN    | 78   | R\$ 17,13 | R\$ 1.336,14            |
| 154          | TÁBUA DE CARNE DE POLIETILENO DE 30CMX50CMX15MM   | UN    | 38   | R\$ 46,31 | R\$ 1.759,78            |
| 155          | TAPETE PARA ENTRADA COM TAM 0,40X 0,60 M.   | UN    | 83   | R\$ 31,88 | R\$ 2.646,04            |
| 156          | TOALHA DE PAPEL MATERIAL: 100% FIBRA CELULOSE VIRGEM, TIPO FOLHA: 3 DOBRAS, COMPRIMENTO: 27, LARGURA: 23, COR: BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: GRAMATURA: 36 G/M2, ALTO NÍVEL DE ABSORVIÇÃO, APLICAÇÃO: HIGIENE PESSOAL, EMBALAGEM COM 1000 FOLHAS  | PACOT | 5100 | R\$ 25,98 | R\$ 132.498,00          |
| 157          | TOUCA DESCARTÁVEL SANFONADA TNT COM ELÁSTICO, PACOTE COM 100 UNIDADES, COR BRANCA.  | PACOT | 70   | R\$ 21,98 | R\$ 1.538,60            |
| 158          | VASSOURA, TIPO CAIPIRA, PROPRIEDADES EM PALHA, COM CERDAS DE PALHA, TIPO 5 FIOS E AMARRAÇÃO COM ARAME, CABO DE MADEIRA MEDINDO 120CM,   | UN    | 296  | R\$ 26,19 | R\$ 7.752,24            |
| 159          | VASSOURA, USO DOMESTICA, COM BASE DE 30 CM, PROPRIEDADES MÍNIMAS: CEPA EM POLIPROPILENO, COM CERDAS DE NYLON, TIPO LISA, CABO DE MADEIRA, MEDINDO 120 CM, GANCHO DE PLÁSTICO, ROSCA EM PLÁSTICO.  | UN    | 537  | R\$ 24,65 | R\$ 13.237,05           |
| 160          | XÍCARA CONFECCIONADA EM LOUÇA DE ALTA QUALIDADE, RESISTENTE E FÁCIL DE HIGIENIZAR, IDEAL PARA O SERVIÇO DE CHÁ A PACIENTES. O MATERIAL É DURÁVEL E NÃO POROSO, GARANTINDO SEGURANÇA E PREVENINDO A CONTAMINAÇÃO. POSSUI DESIGN ERGONÔMICO E ALÇA CONFORTÁVEL, FACILITANDO O MANUSEIO POR PACIENTES E FUNCIONÁRIOS. ADEQUADA PARA USO INTENSIVO, ATENDE AOS PADRÕES DE SEGURANÇA ALIMENTAR E É COMPATÍVEL COM AS EXIGÊNCIAS DE HIGIENE EM AMBIENTES HOSPITALARES | UN    | 164  | R\$ 16,42 | R\$ 2.692,88            |
| <b>TOTAL</b> |   |       |      |           | <b>R\$ 1.506.207,01</b> |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA**

**ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA**

A Empresa \_\_\_\_\_, devidamente inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede na Rua \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, do CPF nº \_\_\_\_\_.

| ITEM | DESCRIÇÃO | QUANT | VR. UNIT | VR TOTAL |
|------|-----------|-------|----------|----------|
| 01   |           |       | XXXXXX   | XXXXXXX  |

Assim sendo, o valor total da proposta é de R\$ \_\_\_\_ (por extenso).

A presente proposta é baseada nas especificações, condições e prazos estabelecidos no edital de Pregão nº \_\_\_\_/2026, os quais nos comprometemos a cumprir integralmente.

Prazo de validade da proposta: \_\_\_\_ dias (não inferior a sessenta dias).

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as obrigações e responsabilidades, bem como todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

**Obs.: A Proposta Comercial deverá conter razão social do licitante, CNPJ, endereço completo, telefone e e-mail válido do próprio participante.**

Colômbia/SP \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026

\_\_\_\_\_  
[LICITANTE]

[assinatura do(s) representante(s) legal(is)]

**ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA**

Prezado (as) Senhores (as):

A Empresa \_\_\_\_\_, devidamente inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede na Rua \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, do CPF nº \_\_\_\_\_,

DECLARA expressamente que:

- Que não foram declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas;
- Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- Que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;
- que não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidores ou agentes políticos ou que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, e por afinidade, até o segundo grau, de agente político do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.
- Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

- f) Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- g) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- h) Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
- i) Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

Colômbia/SP \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026

\_\_\_\_\_  
[LICITANTE]

[assinatura do(s) representante(s) legal(is)]

**ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA,  
MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

Prezado (as) Senhores (as):

A Empresa \_\_\_\_\_, devidamente inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede na Rua \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, do CPF nº \_\_\_\_\_,

DECLARA que está regularmente enquadrada na categoria:

- ( ) MICROEMPRESA (ME), nos termos do inciso I do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.
- ( ) MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), nos termos do §1º, art. 18-A da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.
- ( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP), nos termos do inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

A LICITANTE declara sua ciência de que perderá o direito ao tratamento jurídico diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 caso incorra em quaisquer situações previstas no § 4º do art. 3º da referida Lei, assim como, por qualquer motivo, deixe de se enquadrar na categoria declarada

Colômbia/SP \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026

\_\_\_\_\_  
[LICITANTE]

[assinatura do(s) representante(s) legal(is)]

**ANEXO IV– MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

O MUNICÍPIO DE COLOMBIA, inscrito no CNPJ. sob o nº 52.381.720/0001-48, com sede na Rua Antônio Prado, nº 1161, Bairro Centro, em Colômbia SP, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal, Sr. JULIO CESAR DOS SANTOS, considerando o julgamento da licitação, de outro lado à empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CNPJ nºXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, estabelecida na cidade de Barretos/SP, na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, nº XXX, Bairro XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CEP. XXXXXXXXXXXXXXXX, que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representada pela Sr (a). **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, CPF nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo nº XXXXXXXXXX/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Ata de Registro de preços, decorrente do Pregão Eletrônico nº XXXXXXXXXX/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. OBJETO**

1.1. A presente Ata de Registro de Preços tem por objetivo Registro de Preço para o fornecimento eventual aquisição de Materiais de Higiene, Limpeza, Copa e Cozinha para todas as Secretarias e as Superintendências da Prefeitura Municipal de Colômbia, visando manutenção da limpeza, conservação e salubridade no ambiente de trabalho.

a) o registro dos seguintes preços do Detentor da Ata: **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, CNPJ nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX e-mail: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, representado pela sua representante legal, Sr (a) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, já qualificado acima, à saber:

| ITEM  | DESCRIÇÃO | MARCA | QUANT | VR. UNIT | VR TOTAL |
|-------|-----------|-------|-------|----------|----------|
| TOTAL |           |       |       |          |          |

1.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133/21.

5.7. No Anexo I do Termo de Referência, que dispõe sobre as especificações gerais relativas às condições de entrega dos produtos.

## **6. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

6.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo e ateste da nota fiscal. Para liberação dos pagamentos deverá a CONTRATADA apresentar a respectiva Nota Fiscal Eletrônica efetivando-se após o recebimento e aprovação do Setor Requerente, com as discriminações abaixo:

- a) Dados bancários;
- b) Quantidade;
- c) Nome comercial;
- d) Preço unitário, preço total (igual a nota de empenho);
- e) Número do empenho;

6.2. O Município de Colômbia/SP efetuará a retenção dos impostos eventualmente incidentes sobre o valor do bem/serviço, conforme previsto e na Instrução Normativa RFB nº 1234/2012 e suas posteriores alterações.

6.3. Caberá à Contratada destacar na Nota Fiscal os tributos que eventualmente incidam sobre o valor do bem/serviço objeto do Edital, nos termos previstos na Instrução Normativa RFB nº 1234/2012 e suas posteriores alterações.

6.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.5. Em caso de devolução da nota fiscal/fatura para correção, o prazo para pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.6. O pagamento será efetuado via eletrônica, e será realizado no horário bancário, pela tesouraria municipal.

6.7. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em conformidade com a legislação de regência.

6.8. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante.

## **7. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

7.1. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

7.2. As despesas, onerarão os recursos orçamentários e financeiros municipais, estaduais e/ou federais.

7.3. As despesas com as prorrogações, se houverem, correrão por conta das dotações próprias da execução orçamentária de cada ano.

## **8. DAS OBRIGAÇÕES:**

8.1. Da Contratada:

a) Prestar todos os serviços licitados, de acordo com a proposta oferecida e com as normas e condições previstas Termo de referência Anexo I do edital de origem e seus anexos, respondendo civil e criminalmente pelas consequências de sua inobservância total ou parcial.

b) Manter, durante a vigência da ata de registro de preços, conforme as obrigações assumidas, os requisitos de habilitação exigidos no edital de origem.

c) Responsabilizar-se pelo uso devido dos documentos, materiais e equipamentos eventualmente colocados sob sua guarda pela CONTRATANTE.

d) Apresentar, caso já esteja habilitado junto aos órgãos competentes, a Nota Fiscal Eletrônica, do(s) produto(s) entregue(s), devendo estar contida no ARQUIVO ELETRÔNICO – XML (VALIDADO), parte componente da Nota Fiscal Eletrônica, e enviado prévia e obrigatoriamente para o Setor Requerente A Nota Fiscal Eletrônica deverá estar em condições de ser consultada pelo Visualizador de Documentos Fiscais Eletrônicos – SPED -, no Portal Nacional da NFe, sem o qual não será dada sequência na rotina de Liquidação e Pagamento da despesa.

e) Submeter-se à fiscalização da CONTRATANTE, durante toda sua vigência do contrato.

8.2. Da contratante:

a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

b) Acompanhar direta e indiretamente a qualidade dos materiais entregues, verificando o atendimento às especificações e demais normas técnicas.

c) Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da entrega do objeto, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

d) Atestar as faturas/notas fiscais;

e) Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos;

f) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;



## **9. DAS OBRIGAÇÕES REFERENTE À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS**

9.1. O Contratado se obriga ainda a cumprir a Lei Geral de Proteção de Dados - Lei 13.709/2018, no que for cabível em face do objeto deste contrato, em especial a:

- a) Guardar sigilo quanto aos dados pessoais aos quais eventualmente tenham acesso em razão da execução deste objeto;
- b) Tratar os dados pessoais recebidos de acordo com a finalidade da contratação (convênio/parceria/credenciamento), de modo legítimo e lícito, entendendo-se por tratamento de dados os atos que se refiram a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração de dados;
- c) Garantir ao titular de dados a consulta gratuita e facilitada aos seus dados pessoais, bem como a forma, duração e finalidade do tratamento;
- d) Não utilizar os dados pessoais recebidos ou tratá-los com fins discriminatórios, ilícitos, abusivos ou para finalidade distinta da contratação;
- e) Fazer uso somente dos dados pessoais que forem imprescindíveis à execução do objeto;
- f) Adotar todas as medidas previstas em Lei para evitar o vazamento de dados pessoais que receber ou o acesso por pessoal não autorizado;

9.2. Em caso de vazamento de dados pessoais, adotar as providências necessárias para mitigar as consequências do dano, informando ao Contratante, no prazo de até 48 horas:

- a) A descrição da natureza dos dados pessoais afetados;
- b) As informações sobre os titulares envolvidos;
- c) A indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados, observados os segredos comercial e industrial;
- d) Os riscos relacionados ao incidente;
- e) Os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido imediata;
- f) As medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo;

9.3. O Contratado deverá demonstrar, sempre que solicitado, a adoção de medidas eficazes para comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados;

9.4. Parágrafo terceiro: Utilizar medidas técnicas e organizacionais de modo a proteger os dados pessoais de tratamento não autorizado;

9.5. O Contratado deverá armazenar os dados somente pelo período necessário para cumprir as obrigações contratuais e legais;

9.6. O Contratado deverá apagar todos os dados pessoais quando solicitado pelo Município ou, não sendo possível, justificar com a base legal ou contratual a retenção dos dados;

9.7. O Contratado deverá anonimizar os dados pessoais quando solicitado pelo Município, ou, não sendo possível, justificar com a base legal ou contratual.

9.8. O Contratado não poderá compartilhar com terceiros, em hipótese alguma, os dados pessoais que receber em decorrência do contrato.

9.9. O Contratado ficará obrigada a reparar os danos patrimoniais ou morais, individuais ou coletivos, que sua ação ou omissão, no exercício da atividade de tratamento de dados pessoais relativas à Ata de Registro de Preços, em violação à legislação de proteção de dados pessoais, causarem ao Município ou a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais.

9.10. As partes obrigam-se, sempre que aplicável, a atuar no presente Contrato em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), tratando dados pessoais exclusivamente para as finalidades relacionadas ao contrato.

9.11. No âmbito deste contrato, a qualificação das partes enquanto agentes de tratamento de dados pessoais respeitará os ditames da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, de modo que a CONTRATADA, quando atuar conforme as orientações estabelecidas pela CONTRATANTE, se qualifica como Operador de dados pessoais.

9.12. Prevalece sobre as disposições acima o contexto fático inerente à atividade de tratamento realizada por qualquer um dos contratantes, de modo que o tratamento de dados pessoais para finalidades que superem o contexto deste contrato será de responsabilidade da parte que lhe der causa.

## **10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

10.1 Comete infração administrativa o licitante e/ou a Contratada que cometer quaisquer das infrações previstas no art.155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;

- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante certame ou a execução do contrato;
- i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;
- l) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;
- m) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 .

10.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei );
- b) Impedimento de licitar e contratar, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ( art. 156, §4º, da Lei);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Ente Federativo que tiver aplicado a sanção, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei);
- d) Multa: A multa moratória é a sanção pecuniária que será imposta à contratada que entregar o objeto ou executar o serviço contratado de forma integral, porém com atraso injustificado em relação ao prazo fixado no contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

*I- 0,5% (cinco décimos percentuais) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, pelo 1º (primeiro) dia de atraso;*

*II- 0,2% (dois décimos percentuais) ao dia, do 2º (segundo) até o 30º (trigésimo) dia de atraso, a ser calculado sobre o valor do contrato executado em desconformidade com o prazo previsto no contrato;*

*III- 0,3% (três décimos percentuais) ao dia, a partir do 31º (trigésimo primeiro) e até o 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso, a ser calculado o valor do contrato executado em desconformidade com o prazo previsto no contrato;*

*IV- Após o 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso, a unidade gestora do contrato deve notificar o contratado e, considerando as eventuais justificativas apresentadas, avaliar em manifestação fundamentada se persiste o interesse em manter a contratação ou se é mais vantajoso rescindi-la.*

*V- 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato para a licitação ou para a contratação direta, na hipótese de o licitante ou futuro contratado retardar injustificadamente o procedimento de contratação ou descumprir de preceito normativo ou as obrigações assumidas. (Conforme o Decreto Municipal n. 2.236/2024).*

10.3 A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º).

10.4 Todas as sanções previstas neste Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ( art. 156,§7º).

- a) Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação (art. 157);
- b) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventual mente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º);

c) Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

10.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021 , para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.6. Na aplicação das sanções serão considerados ( art. 156, §1º):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021 , ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013 , serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.8 A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Edital ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

10.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161).

10.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21 .

## 11. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. O contrato/ata de registro de preços se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.2. O contrato/ata de registro de preços pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

a) Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

b) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

c) Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.3. A Administração terá a opção de extinguir o contrato/ata de registro de preços sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

c) Indenizações e multas.

11.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

## 12. DO FORO:

12.1. As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Barretos - SP, esgotadas as vias administrativas.

## 13. DA GERÊNCIA:

13.1. Para a Gerência desta Ata de Registro de Preços, fica designado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBIA o(a) **Sr. xxxxxxxxxxxxxxxx, e-mail: xxxxxxxxxxxxxxxx**, e pela Detentora da Ata o(a) **Sr (a). xxxxxxxxxxxxxxxx, Telefone xxxxxxxxxxxxxxxx, e-mail: xxxxxxxxxxxxxxxx**; a troca de correspondências entre as partes deverá ser feita utilizando-se os endereços constantes nesta Ata.

13.2. A gestão e fiscalização da Ata serão realizadas por servidores designados, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

Colômbia, na data da sua assinatura digital

## TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

Contratos ou Atos Jurídicos Análogos

**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Colômbia/SP.

**CONTRATADA:** xx

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº. xxxxxx/2026 - PROCESSO nº xxxxxxxx/2026**

OBJETO: Registro de Preço para o fornecimento eventual aquisição de Materiais de Higiene, Limpeza, Copa e Cozinha para todas as Secretarias e as Superintendências da Prefeitura Municipal de Colômbia, visando manutenção da limpeza, conservação e salubridade no ambiente de trabalho.

**Advogado(s):** Dr. Evandro Maximiano Viana - OAB/SP 247334

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando -se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo -nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Colômbia, na data da sua assinatura digital

#### **AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE**

Nome: Júlio Cesar dos Santos

Cargo: Prefeito Municipal

CPF: 282.246.748-00

E-mail: [tutaprefeito@colombia.sp.gov.br](mailto:tutaprefeito@colombia.sp.gov.br) / [julio-csantos@hotmail.com](mailto:julio-csantos@hotmail.com)

#### **RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

##### **Pelo contratante:**

Nome: Júlio Cesar dos Santos

Cargo: Prefeito Municipal

CPF: 282.246.748-00

E-mail: [tutaprefeito@colombia.sp.gov.br](mailto:tutaprefeito@colombia.sp.gov.br) / [julio-csantos@hotmail.com](mailto:julio-csantos@hotmail.com)

##### **Pela contratada:**

Nome: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Cargo: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

CPF: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

E-mail: [xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx](mailto:xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx)

#### **RESPONSÁVEL PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME E ORDENADOR DE DESPESAS DA**

##### **CONTRATANTE:**

Nome: Júlio Cesar dos Santos

Cargo: Prefeito Municipal

CPF: 282.246.748-00

E-mail: [tutaprefeito@colombia.sp.gov.br](mailto:tutaprefeito@colombia.sp.gov.br) / [julio-csantos@hotmail.com](mailto:julio-csantos@hotmail.com)

(\*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.